

RESTAURAÇÃO OLIGÁRQUICA E RETOMADA NEOLIBERAL PLENA: UM ENSAIO SOBRE AS ORIGENS DAS CRISES GÊMEAS E DO GOLPE DE ESTADO DE 2016 NO BRASIL

Marcelo Milan¹

Introdução

O Brasil experimentou entre 2004 e 2011 um curto período de crescimento moderado da produção de mercadorias, baixas taxas de desemprego, aumento dos salários reais e melhor distribuição funcional de renda, brevemente interrompido apenas pela crise capitalista global de 2008-2009 (Amann e Baer 2012, Hallak Neto e Saboia 2014). Esse desempenho chamou a atenção internacional para o país, que parecia, juntamente com a China, Índia e outras economias subdesenvolvidas de rápido crescimento, prestes a se tornar uma potência econômica importante na economia capitalista mundial. A partir de 2012, no entanto, a economia brasileira retomou uma tendência de longo prazo de estagnação econômica que começou na década de 1980, com anos de taxas de crescimento moderadas intercalados com períodos de baixo crescimento ou estagnação e recessão. Isto levou a um aprofundamento na adoção de medidas econômicas neoliberais, tornando a situação ainda pior (Serrano e Summa 2015).

No plano político, o país desfrutou de um período um pouco mais longo (para os padrões brasileiros) de relativa e complicada estabilidade política desde o impedimento do presidente Fernando Collor de Mello em 1992 (De

1 Professor do curso de graduação em Economia e Relações Internacionais e dos cursos de pós-graduação em Economia e em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Doutor em Economia pela University of Massachusetts Amherst. E-mail: marcelo.milan@ufrgs.br

la Fontaine e Stehnen 2016). A Constituição de 1988 parecia ser uma instituição política ancorando interações sociais e permitindo alguma democracia restrita, pelo menos uma democracia eleitoral, apesar da interrupção do mandato de Collor de Mello basear-se em vingança política por outros oligarcas como ele, em vez de se fundamentar em questões genuinamente legais. No entanto, após as eleições presidenciais de 2014, uma disputa política que deu uma quarta vitória consecutiva à aliança formada por um centro clientelista (no sentido de Graham 1997) e uma esquerda social-democrata liderada pelo partido dos trabalhadores (PT), tem havido uma tentativa contínua e coordenada para derrubar a presidenta legítima eleita e eliminar completamente o PT do sistema político. Estes esforços, bem-sucedidos em seu primeiro objetivo, foram realizados por uma coalizão de conservadores, fundamentalistas religiosos, neoliberais e forças neo-fascistas (na definição de Feldman 2008) no parlamento, mas também no sistema judicial, ministério público, na polícia federal, em segmentos de classe média e, principalmente, nos principais meios de comunicação corporativa, para não mencionar os geralmente suspeitos e escusos interesses internacionais².

A convergência destes grandes movimentos econômicos e políticos, com a instabilidade econômica impactando o sistema político e vice-versa, formou crises gêmeas perfeitamente combinadas³. Isto levou a turbulências econômicas e políticas explosivas, com uma profunda recessão, taxas de desemprego e de inflação mais elevadas, uma divisão na coligação política vencedora, e, finalmente, como uma conquista oligárquica suprema, um golpe de Estado e a adoção de um programa neoliberal radical. O golpe está muito próximo de realizar seus objetivos de atacar os direitos políticos e liberdades fundamentais, promover o desmantelamento do Estado, anulando as medidas incipientes de bem-estar social e de redistribuição de renda, e abolir a educação autônoma e secular, assim como a cultura, a ciência e a tecnologia. Em outras palavras, o resultado do golpe foi uma restauração oligárquica e um reencontro pleno com o neoliberalismo radical fracassado dos anos 1990 e início dos anos 2000 que levou, dadas suas falhas amplamente reconhecidas (Ostry et al. 2016), às vitórias políticas da coalizão de centro-esquerda em primeiro lugar, mas agora com elementos mais autoritários e fundamentalis-

2 Em relação ao sistema judicial no Brasil, a revista *The Economist* denominou-o estranho (2015a) e jurássico e disfuncional (2004). O jornal *The New York Times* (2016) associou o Congresso brasileiro, propenso à corrupção, com um circo. Greenwald et al. (2016) tratam a mídia brasileira como oligárquica e anti-democrática.

3 A utilização do termo “crises gêmeas” neste ensaio é diferente do uso feito por Callinicos (2010), que aborda a crise financeira de 2008 e os problemas geopolíticos associados à derrota dos Estados Unidos na disputa entre Rússia e Geórgia como sendo respectivamente as crises econômica e política dos EUA.

tas (tanto de mercado como religioso).

Como poderiam reversões tão dramáticas ocorrerem em apenas alguns poucos anos? O fato que isso aconteceu de forma semelhante a um raio em céu azul significa que se trata apenas de um fenômeno cíclico, com uma recessão econômica abrindo espaço para um comportamento político oportunista? Ou o golpe também tem características estruturais que estavam se desenvolvendo antes do fim da incipiente e anômala experiência social democrata-clientelista? Resumindo, quais são os principais determinantes e os desenvolvimentos que levaram às crises gêmeas e ao golpe no Brasil? Este ensaio é uma tentativa de dar uma resposta preliminar a estas questões e uma interpretação crítica dessas mudanças, com destaque para as prováveis causas estruturais e conjunturais por trás delas. A hipótese proposta é que essas rápidas mudanças econômicas e políticas, confluindo para uma ‘revolta das elites’, são melhor compreendidas como parte de uma tendência mais profunda de longo prazo. A tendência estrutural se refere à manutenção da riqueza, da renda e do poder político fortemente concentradas nas mãos da grande burguesia interna e oligárquica, compartilhadas de forma restrita apenas com os seus parceiros menores na burocracia dos três poderes do Estado, e logo sem aceitar quaisquer desafios democráticos longos e duradouros a esta concentração.

Por exemplo, enquanto a economia mundial vem se movendo ao longo de um padrão de aumento da concentração de renda e riqueza e de declínio da democracia, típicos do capitalismo neoliberal, o Brasil começou a seguir uma trajetória diferente na década de 2000, com redistribuição de renda e inclusão dos pobres e das demandas dos trabalhadores no orçamento público por meio de uma representação política restrita. Há porém uma forte tensão entre democracia e capitalismo no Brasil, assim como em qualquer outra sociedade burguesa (Wagner 2011, Houle 2008)⁴. Mas o Brasil experimentou uma breve anomalia em relação à capacidade deste último em prevalecer apenas levemente sobre a primeira. Assim, a tendência histórica do capitalismo brasileiro no sentido da concentração de renda e da riqueza e da consolidação da plutocracia foi brevemente interrompida nos anos 2000. Isto pode ser explicado, entre outros fatores, por aproximadamente um quarto de século de evolução política relativamente progressista e democrática fora das institu-

4 Usando um pressuposto convencional da escolha racional, Houle (2008, 41, tradução livre) afirma que “A desigualdade, no entanto, pode desestabilizar as democracias já estabelecidas. Isto porque, em democracias desiguais, a redistribuição é mais cara para as elites, que são, portanto, mais propensas a implementar golpes.” De fato, Houle! E como o capitalismo causa desigualdade, ele desestabiliza e inviabiliza democracias com mais frequência do que assumido pelos seus epígonos. Testemunha o movimento Ocupa Wall Street nos EUA.

ições burguesas formais existentes, em que a melhor organização dos trabalhadores e das classes médias intelectualmente sofisticadas conseguiram promover cada vez mais os seus interesses no interior do estado capitalista e participar de coalizões políticas vitoriosas. Ou seja, a tendência capitalista de concentração de riqueza e poder e de abolição democrática foi apenas brevemente revertida no Brasil no início do século XXI, e agora, com o golpe de Estado, o padrão de longo prazo está sendo retomado, com reformas profundas na tentativa de recuperar o tempo (e a renda) perdido e reposicionar o país ao longo do *zeitgeist* neoliberal mundial de concentração de renda e riqueza consolidação da plutonomia (Volscho 2015, Oxfam 2016, Foster e Holleman 2010).

Portanto, esta tendência não é algo exclusivo do Brasil, e a tese deste trabalho sobre o carácter distintivo da burguesia oligárquica brasileira poderia ser considerada exagerada e descabida. Ou seja, a adoção do neoliberalismo pleno para manter privilégios econômicos e a derrubada de um governo legítimo e eleito, de forma a minar a democracia e monopolizar o poder político, não é necessariamente singular. Seria mais uma característica capitalista persistente do que um traço típico brasileiro. O que é específico sobre o Brasil, contudo, é que essas forças, mesmo cada vez mais poderosas, foram neutralizadas por meio de um breve arranjo político que mudou a distribuição da riqueza e do poder político contra todas as possibilidades, isto é, dentro de instituições estruturadas para que esse tipo de arranjo não pudesse produzir os resultados obtidos. Assim, uma vez que não foi possível sustentar os fluxos esperados de riquezas e privilégios por um ciclo político mais longo, sob instituições destinadas para a manutenção desses fluxos, o arranjo estava condenado, e mesmo assim logrou produzir mudanças históricas consideráveis em um curto período de tempo. E parte do fracasso que permitiu a reação oligárquica foi justamente devido, em grande parte, não só à manutenção do sistema político exclusivista herdado do período da ditadura, mas também da decisão de não abandonar completamente as políticas econômicas neoliberais herdadas das reformas na década de 1990 para justamente concentrar renda e riqueza. O fato daqueles fluxos terem sido compartilhados por outras classes sociais, mesmo por um período curto e apenas de forma moderada, sugere que o pacto político era inaceitável e não poderia durar. Assim, a revolta oligárquica e neoliberal foi desproporcional em relação às mudanças socioeconômicas limitadas promovidas pelo acordo social democrata-clientelista.

Além disso, enquanto frações da burguesia brasileira apresentam características associadas ao capitalismo industrial, urbano e moderno, mas financeirizado, com uma predileção recente por políticas neoliberais de altas taxas de juros e impostos mais baixos sobre os seus rendimentos e riqueza,

uma outra fração poderosa ainda tem raízes aristocráticas que remontam à era pré-industrial, com medo da democracia e de regras universais. No entanto, ambas as frações têm em comum uma forte necessidade de drenar recursos estatais (na forma de pagamentos de juros, subsídios e isenções fiscais e crédito barato) e, portanto, contar com instituições e burocracias autoritárias para manter seus privilégios de classe e casta. Isto significa que a restauração neoliberal promovida pelo golpe se combina com características oligárquicas e autoritárias únicas e de longa duração no Brasil.

O que é interessante sobre as crises gêmeas, portanto, é a maneira que elas refletem, por um lado, esta característica de longo prazo, uma tendência oligárquica em direção a um parasitismo estatal e exclusividade política e logo autoritária de sua burguesia. E, por outro, ela acomoda e se ajusta à mudança das circunstâncias externas e internas sobre o desenvolvimento capitalista através, no período mais recente, da adoção de políticas neoliberais, que por sua vez transformam a maneira como a riqueza é produzida e mantida, bem como a apropriação dos fluxos de receitas do Estado, com um discurso moderno, mas práticas atrasadas de corrupção e clientelismo. Estas, contudo, reduzem o dinamismo econômico e a arrecadação de impostos e criam instabilidade econômica (Streek 2014), ao passo que a tendência oligárquica impõe maiores receitas fiscais provenientes dos trabalhadores e classes médias para sustentar os fluxos financeiros estatais para ele, reduzindo por necessidade qualquer viés democrático no sistema político.

É assim que o capitalismo brasileiro empurra as contradições que ele gera para frente, combinando-se com elementos da conjuntura para promover dinâmicas econômicas e políticas particulares. O Brasil vive, ao que parece, uma convergência de fatores estruturais e conjunturais, semelhante a qualquer outra crise capitalista, mas com elementos específicos do país e de sua burguesia oligárquica, em resposta à possibilidade de pequenas mudanças no equilíbrio do poder econômico e político que poderia tornar a sociedade brasileira mais justa e mais democrática, desafiando o atual dogma neoliberal global.

Este ensaio é uma tentativa de interpretar o que pode ser visto como crises gêmeas no Brasil, um exercício preliminar que requer mais pesquisas para validar ou rejeitar algumas (ou todas) de suas argumentações. Dada esta ressalva, o ensaio está organizado da seguinte forma. Após esta introdução, a segunda seção trata da ocorrência de crises econômicas no capitalismo, apontando também para realizações que são singulares em nações capitalistas menos desenvolvidos ou subdesenvolvidas. As crises políticas são apreciadas também. A terceira seção discute problemas econômicos e políticos da sociedade brasileira. Ela traz questões sobre as características, cíclicas e

estruturais, políticas e econômicas, e como eles se combinam para gerar as crises gêmeas atuais. A seção final conclui o ensaio.

Crises econômicas e políticas sob o capitalismo

O capitalismo tem sido notavelmente e previsivelmente instável desde suas origens no século XIV (Heller 2011). Depressões, recessões, e todos os diferentes tipos de perturbações cíclicas e estruturais têm assolado este sistema socioeconômico desde então, com características, extensão e profundidades diferentes. Isto significa que algumas crises são piores do que outras em termos da ruptura causada ou do período de tempo durante o qual se estende. No entanto, isso também significa que uma economia capitalista não pode permanecer mergulhada numa situação de crise para sempre. Economias capitalistas, eventualmente, se recuperam de suas crises, às vezes apresentando uma estrutura, infra e super, diferente da que antes da crise, principalmente em termos de concentração e centralização de capitais, às vezes com todas as características fundamentais intactas. No entanto, a natureza recorrente das crises também significa que as crises são generalizadas e inevitáveis, o que significa que o sistema está estruturalmente propenso a crises. A chegada da próxima crise é uma questão de tempo, embora ninguém saiba quanto tempo vai demorar para que isso aconteça.

Uma crise pode ser definida como uma perturbação de um padrão que é considerado normal em relação ao passado recente. Em uma economia capitalista, a crise é entendida como uma interrupção no crescimento da acumulação de capital e uma redução dos lucros em comparação com uma situação considerada típica, isto é, com acumulação ampliada e uma massa expandida de lucros apropriados pelos capitalistas. O problema aqui é que as crises são igualmente normais sob o capitalismo no longo prazo, porque a acumulação de capital é cíclica, e os lucros tendem a cair quando o capital se acumula de forma desequilibrada, com taxas muito rápidas, de tal forma que os salários sobem e exploração pode não seguir o mesmo caminho (Shaikh 1990, Heller 2011). As crises são características estruturais, mas revelam-se apenas como fenômenos cíclicos de forma discreta no tempo.

Excluindo o fetiche da Lei do Say, em que as vendas são realizadas automaticamente pela própria existência da produção de mercadorias, as crises são, na verdade, endogenamente criadas pelo próprio funcionamento da economia capitalista, dada a sua natureza de perseguir fins lucrativos e a falta de controle sobre o ambiente competitivo em que capitais disputam uns contra os outros e contra o trabalho, pelas quotas da massa de mais-valias

gerada. Mas após a crise efetuar o seu trabalho de se livrar de capitais menos rentáveis, a acumulação de capital e, portanto, a produção de mercadorias, e com ele os lucros, são retomados, até as próximas quebras de uma nova crise. Isto é, uma vez que as crises são frequentes, mas não permanentes, períodos de normalidade podem ser projetados como se fossem continuar para sempre, fazendo com que capitais (incluindo o crédito) sejam acumulados de modo mais rápido, as empresas introduzam inovações técnicas, muitas vezes com o apoio do financiamento e estímulos fiscais do governo, apenas para enfrentar um período de diminuição da rentabilidade e acumulação de excesso de capital e produção de mercadorias mais uma vez, mostrando a verdadeira normalidade do capitalismo.

Políticas macroeconômicas, principalmente fiscais e monetárias, têm sido usadas intencionalmente pelo menos desde a década de 1930 para evitar apenas as consequências das crises, mas não um grupo importante de sua causas⁵. No geral, é assumido pelos proponentes de tais políticas que a questão mais importante sobre as crises do capitalismo é a falta de demanda para absorver (realizar) o aumento da produção causada pela acumulação de capital. No entanto, o sub-consumo é apenas uma possível razão para a existência de crises. Como sugerido acima, outras explicações incluem os desequilíbrios setoriais entre a produção de bens de capital e de bens de consumo (bens de salário) (ou acumulação de capital em excesso), da compressão de lucros causada pelo aumento dos salários em meio a um aumento da concorrência intra-capitalista com redução das taxas de exploração, e uma queda da taxa de lucro (o leit motiv do capitalismo).

Marx suspeitava das crises por subconsumo explicado por baixos

5 Isso levou um dos mais importantes economistas ortodoxos do século XX, Paul Samuelson, a reivindicar na década de 1970 que o National Bureau of Economic Research (Escritório Nacional de Pesquisa Econômica), responsável por datar o ciclo de negócios nos Estados Unidos, tinha se tornado redundante, uma vez que os ciclos foram controlados com o aparecimento de políticas macroeconômicas de gerenciamento da demanda agregada. Robert Lucas Jr., outro economista ortodoxo, igualmente reivindicou em 2003, a partir de um ponto de vista liberal, que as depressões foram eliminadas pela boa gestão macroeconômica neoliberal, e, portanto, políticas intervencionistas orientadas para a prevenção de depressão se tornaram desnecessárias (e como corolários as políticas de amenização dos efeitos das crises). A pior crise econômica desde a Grande Depressão teve início apenas quatro anos mais tarde. Marx identificou esta tendência já no século XIX: “Nas crises do mercado mundial, as contradições e antagonismos de produção burguesa são revelados de forma gritante. Em vez de investigar a natureza dos elementos conflitantes que irrompem na catástrofe, os apologistas se contentam em negar a própria catástrofe e insistir, dada sua recorrência regular e periódica, que se a produção fosse realizada de acordo com os livros-texto [isto é, seguindo as leis da concorrência perfeita, M.M.], as crises nunca ocorreriam.” (Marx 1969, 500, itálicos adicionados). À época de Marx, a política econômica não existia. Mas as asserções de Samuelson e Lucas Jr. acima mostram que os economistas seguem acreditando na verdade revelada dos seus manuais.

salários, contudo. De acordo com ele, as crises são precedidas por uma melhoria nos padrões de vida dos trabalhadores, em função da acumulação ampliada do capital. Isso não quer dizer que as crises de subconsumo não possam ser causadas, por exemplo, pela falta de acumulação de capital constante (máquinas, equipamentos, edifícios e matérias-primas) e variável (trabalho) para absorver o excedente (lucro) gerado no período anterior (consumo aqui significando também “consumo” de capital constante e variável). É perfeitamente possível que políticas fiscal e monetária possam afetar o ritmo das crises, encurtando a sua duração e suavizando a queda na produção e nas vendas de mercadorias, mantendo a rentabilidade em níveis compatíveis com as expectativas dos capitalistas. Como discutido abaixo, este ensaio considera que tanto uma compressão dos lucros (ou uma queda da taxa de lucro) como o subconsumo podem explicar a tendência geral de acumulação de capital no Brasil, mas os aspectos políticos da acumulação de capital e austeridade fiscal também desempenharam um papel importante na redução da demanda agregada e da realização do menor valor nas mercadorias.

Em relação às economias capitalistas subdesenvolvidas especificamente, as crises têm sido igualmente persistentes. Por muitos anos as crises em sociedades menos desenvolvidas foram explicadas apelando-se para eventos externos, relacionados com a queda das receitas de exportação de produtos primários (na verdade equivalente a um subconsumo nos mercados estrangeiros), o calote em obrigações de dívida (na verdade equivalente a uma compressão de lucros, mas por um aumento nos pagamentos de juros que entram na distribuição do valor excedente), paradas abruptas nos fluxos de capital (interrupções no circuito internacional do capital monetário), colapso da taxa de câmbio (distúrbios monetários também associados ao circuito internacional do capital monetário) e da inflação (conflito distributivo), etc. Mas desde os anos 1970 a literatura enfatiza as fontes internas de perturbações, como a tese do capitalismo tardio de que o ciclo de acumulação de capital tem sido cada vez mais endógeno em muitos países que avançaram na industrialização (Tavares 1974, Melo 1975). Por óbvio, se considerarmos a economia mundial capitalista como uma unidade, não faz diferença distinguir entre as fontes externas e internas dos distúrbios. No entanto, apesar do processo de crescente integração econômica e financeira, principalmente sob o capitalismo neoliberal, o Estado nacional e suas políticas ainda são uma cunha importante entre a competição interna de capitais e a concorrência capitalista mundial. Isso garante o tratamento analítico separado realizado neste ensaio entre a dinâmica autóctone e a dinâmica externa para os países menos desenvolvidos, juntamente a uma distinção entre fenômenos políticos e econômicos.

E uma característica importante das economias capitalistas subdesenvolvidos é a falta de desenvolvimento tecnológico e os consequentes baixos

níveis de produtividade do trabalho, não obstante a sua histórica associação com multinacionais das economias capitalistas mais desenvolvidas. Esse atraso tecnológico gera estruturas econômicas frágeis, dependentes de mercados mundiais e das exportações de bens menos sofisticados, uma classe trabalhadora recebendo salários baixos e, portanto, sustentando níveis mais baixos de consumo. Os níveis reduzidos de acumulação de capital e de consumo criam um sistema financeiro interessado em financiamento de curto prazo, com predominância de atividades especulativas, sem interesse em fornecer capital-dinheiro para a acumulação de capital a longo prazo e inovação. Todas essas características contribuem para que o capitalismo subdesenvolvido seja mais propenso a crises do que o capitalismo avançado.

Além disso, como Furtado (2002) argumentou, a burguesia nessas sociedades emula os padrões de consumo da burguesia no centro, com um estilo de vida luxuoso caracterizado por compras de bens de luxo no exterior, em vez de acumular capitais produtivos. Isto é, a burguesia subdesenvolvida é essencialmente compradora. Então, o subconsumo por meio de gastos domésticos insuficientes com bens de capital e a dependência das exportações de matérias-primas, que pode conduzir ao subconsumo externo, parece ser de fato uma importante fonte de crise na periferia, no último caso com a correspondente fragilidade financeira no balanço de pagamentos, que pode refletir também problemas de acumulação no exterior. Mas, enquanto economias capitalistas, embora subdesenvolvidas, são propensas a todos, menos um, tipos de crises típicas, incluindo a compressão de lucros e quedas nas taxas de lucro. Apenas a sobre-acumulação de capital dificilmente é uma fonte de crise na periferia devido ao fato de que a burguesia compradora atrasada não acumula o suficiente sem o apoio contínuo do Estado (e, em alguns casos, como no Brasil, mesmo com suporte estatal) ou sem articulações com os capitais internacionais.

Dado o papel central desempenhado pelo Estado no capitalismo, e a necessidade de coordenação política organizada do Estado-nação, a fim de que a economia possa funcionar adequadamente, crises políticas podem ter enormes consequências sociais e econômicas, não estando confinadas à esfera política dos partidos e de seus líderes ou ao funcionamento do aparelho de Estado. Se se considera que a política é também política de classes e política de frações de classes, os sistemas políticos são, assim como a economia, propensos à instabilidade, à medida que diferentes classes e frações lutam para ganhar o controle do aparelho do estado para implementar seu programa político, a fim de promover seus interesses em relação aos fluxos de recursos do e para o Estado. Coalizões são formadas e destruídas, em períodos mais curtos ou mais longos, com base no poder de cada fração e sua hegemonia no bloco de poder (Gramsci 1971); alianças políticas são refeitas e ajustadas ao

surgimento de novos poderes que conduzem ao colapso dos velhos poderes, ou ainda se novos poderes são fracos e os velhos poderes resilientes, cabendo uma conciliação.

Nas democracias capitalistas modernas, porém, as classes e frações têm acesso às políticas estatais de gastos, tributação, empréstimos e regulação, por meio de partidos políticos concorrentes para cargos burocráticos e governamentais em eleições supostamente livres, mas não podem modificar a própria estrutura do Estado capitalista. As instituições legais são concebidas para manter conflitos políticos longe das estruturas estatais capitalistas, de modo que a relação capital em si nunca é desafiada, apenas as diferentes formas com que políticas são implementadas para permitir a manutenção da dominação de classe. O sistema político-jurídico é estruturado de tal forma que a acumulação de capital e a concentração de renda e riqueza não devam ser afetadas ou desafiadas por conflitos políticos, não importa quão fundamental sejam. Isso se reflete em todos os esforços permanentes de apresentar questões econômicas como “técnicas”, “científicas” e “neutras” e as disputas políticas e seus resultados como “não sérias”, “intrusivas” ou “intervencionistas”. No entanto, a política e os conflitos afetam a distribuição de poder e, logo, as classes e frações que se beneficiam da concentração da renda e riqueza em diferentes momentos no tempo.

Da mesma forma, com o dinheiro e a riqueza desempenhando um papel significativo na política, o adjetivo “livre”, quando associado a eleições, deve ser qualificado. Lênin defendia que a maneira mais rápida para destruir uma economia capitalista é comprometer o seu dinheiro. As experiências capitalistas nos séculos XIX e XX confirmam a máxima de Lenin e adicionam um novo recurso do dinheiro: este representa também a maneira mais rápida de destruir a soberania popular e a importância das eleições (uma verdadeira democracia é portanto, outra coisa). O dinheiro pode destruir o sufrágio comprando os políticos (que estão à venda no atacado - campanhas políticas - e no varejo - suborno). O dinheiro também pode destruir o sufrágio ao não comprar capital variável e constante e boicotando governos eleitos por greves de investimento, como aconteceu no Brasil.

O sistema político tende a ser, em geral, manipulado em favor dos interesses dos ricos e poderosos, interesses esses que atendem às frações bem posicionadas na luta para a manter a renda e a riqueza concentradas, algo típico do capitalismo, geralmente aqueles interesses já em representados nas estruturas de poder. As eleições não são necessariamente manipuladas em termos de resultados, isto é, qual partido político ou coligação é permitido ganhar, apesar de os capitalistas colocarem uma quantidade substancial de dinheiro nas campanhas de seus aliados mais próximos e leais, mas prin-

principalmente em termos de políticas que são aceitáveis (e que são elevadas ao status de tecno-científicas) e as políticas que não são aceitáveis (intervencionistas ou populistas) pelo bloco hegemônico existente de ricos e poderosos em um determinado ponto na evolução do capitalismo⁶. Um partido ou uma coligação podem ser contestados por várias razões, dentro das regras legítimas e legais de competição eleitoral, incluindo os acordos para acabar com as crises existentes ou em formação. Quando coalizões de interesses do poder econômico não podem ter os seus interesses totalmente representados pelo funcionamento normal do sistema político, porque outras frações ou classes poderosas estão competindo para o mesmo fim, com recursos semelhantes ou coligações politicamente mais viáveis nos marcos da legalidade burguesa, em geral, o primeiro pode obter o poder por meio da força, incluindo golpes de Estado militares ou parlamentares. A razão seria ou um desacordo fundamental sobre a distribuição do excedente que não pode ser resolvido por meio de disputas políticas normais, ou então uma aliança exaurida que não funciona mais para os partidos e políticos aliados e os seus mandatários poderosos existentes. É claro, a instabilidade contempla também a baixa política da traição, corrupção, ânsia indomável pelo poder, a frustração com derrotas políticas, e assim por diante, em sua capacidade de desestabilizar os sistemas políticos.

As políticas econômicas, como o nome sugere, são a política da economia, bem como a economia da política, e são utilizadas regularmente para evitar que as economias capitalistas acelerem a sua tendência natural para a crise de subconsumo ou de queda na taxa de lucro, ou ainda quando tendências econômicas, principalmente a lucratividade, esperadas não são cumpridas.

6 O ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, se queixou do poder do dinheiro de vetar programas políticos progressistas durante sua campanha à reeleição. De acordo com Woodward (2005, 73, tradução livre), quando lhe foi dito que a finança não aceitaria um programa político mais progressista, Clinton respondeu à sua equipe econômica "Vocês querem me dizer que o sucesso do programa e da minha re-eleição depende da Reserva Federal e de um grupo de especuladores de merda?" Ao contrário de Clinton, o Presidente de Portugal Cavaco e Silva se sente bastante confortável em ser uma marionete dos interesses financeiros. Ele se dirigiu à nação rejeitando a possibilidade de abandonar as políticas pró-austeridade quando a maioria das forças políticas contra a austeridade venceu as eleições parlamentares em 2014: "Este é o pior momento de uma mudança radical para os fundamentos da nossa democracia. Depois de termos realizado um programa oneroso de assistência financeira, o que implica sacrifícios pesados, é meu dever, dentro das minhas competências constitucionais, fazer todo o possível para evitar falsos sinais que estão sendo enviados às instituições financeiras, investidores e mercados" (Evans-Pritchard 2015, tradução livre). Ao confirmar os verdadeiros donos do poder, ele tornou a Constituição Portuguesa letra morta. É claro que os fundamentos da democracia em Portugal, na sua opinião, estão voltados para acomodar as vontades do setor financeiro contra a vasta maioria da população. Esta não é portanto uma democracia livre, por qualquer definição, mas uma ditadura dos mercados financeiros.

Considerando a instabilidade do capitalismo e como as políticas econômicas podem amenizá-la, a ocorrência de uma desaceleração cíclica ou recessão, embora recorrente e, portanto, não surpreendente sob o capitalismo, levanta a questão: Por que ocorre exatamente naquele momento e não em outro? Não há resposta nem maneira de prever quando as crises irrompem no capitalismo. Do ponto de vista da política econômica, a questão é se ou não as crises podem acontecer no capitalismo, independentemente das políticas escolhidas pelo Estado e pelos gestores das políticas econômicas para evitá-las. Se elas podem, isto significa que o foco não deve estar exclusivamente nos erros das políticas econômicas. Se elas não podem, a instabilidade do capitalismo pode ser explicada exclusivamente pelas escolhas políticas do comitê executivo da burguesia⁷.

Voltando à questão do poder político, a política em uma sociedade capitalista, assim, e por meio de atribuições hierárquicas de poder a nível nacional, é principalmente sobre a gestão dos conflitos políticos entre capital e trabalho, e entre frações do capital em termos da extração e distribuição de excedentes. Quando a acumulação de capital e a produção de mercadorias e sua distribuição na forma de lucros declina, ou seja, quando um período de instabilidade econômica se forma, o sistema político é chamado para re-equilibrar a distribuição do excedente em favor do capital e das frações mais dinâmicas naquele ciclo, de modo que a acumulação pode ser retomada no ritmo anterior ou mesmo ampliada. É necessário para o capital derrotar politicamente o trabalho, se a oposição política daqueles é resistente devido às instituições democráticas conquistados pelas lutas sociais anteriores. Às vezes mesmo a burocracia estatal pode ganhar autonomia da luta de classes e compartilhar uma grande fração do excedente com a burguesia. Quando uma crise de acumulação acontece sob tais condições, uma guerra econômica contra o governo e contra as fontes institucionais de autonomia, mas não contra o Estado burguês como um todo, pode ser necessária.

Além disso, nos países subdesenvolvidos a importância política indevida de frações de capitais ligados à produção voltada para a exportação no setor primário e da falta de democracia substantiva geralmente resulta na formação de oligarquias (Stephens et al. 1992). Mesmo a modernização ocorrida pelo desenvolvimento capitalista pode não eliminar completamente essa característica em países subdesenvolvidos. Na verdade, capitalismo e oligarquia se combinam de muitas maneiras diferentes, com oligarcas mantendo posições políticas e de controle da mídia, e ao mesmo tempo promovem os

7 Gilens e Page (2014) mostram estatisticamente que a tese marxista instrumentalista do comitê executivo, associada com o trabalho de Ralph Miliband, é correta para interpretar o sistema político nos Estados Unidos, por exemplo.

interesses econômicos das diferentes frações capitalistas, não raro por meio de suborno. Além disso, mesmo nos países capitalistas avançados o recente aumento do poder oligárquico das finanças, em oposição à característica de longa duração das nações subdesenvolvidas, é generalizada (Reich 2015, Johnson 2009)⁸.

Assim, instituições verdadeiramente democráticas representam uma ameaça para esses poderes dominantes e devem ser evitadas. Apenas pequenas concessões podem feitas para garantir alguma legitimidade ao Estado capitalista e suas políticas de classe, de forma que os programas políticos associados a resultados eleitorais, nunca os partidos políticos responsáveis pela sua aplicação, sejam sempre considerados dentro dos limites ‘tecnicamente’ aceitáveis. Se eles não são, uma crise política deve ser forjada, e na medida em que ela se desenvolve e atinge proporções preocupantes, a oligarquia derrotada destrona as forças vencedoras do controle político do Estado ao derrubar completamente as reduzidas instituições democráticas. Por exemplo, nas economias capitalistas modernas, crises políticas poderiam ser um resultado necessário da resistência de governos ao neoliberalismo (medidas “técnicas”, vistas como o único programa aceitável para gerar crescimento e estabilidade), quando essa resistência coloca a acumulação de capital em perigo. Isto é, coalizões de forças neoliberais nem sempre conseguem ganhar as eleições quando os trabalhadores são conscientemente bem organizados, mesmo com campanhas muito caras e controle das informações pela mídia. O neoliberalismo geralmente exige uma doutrina de choque para ser implementado (Klein 2007), e quando tal crise não acontece pelas próprias contradições neoliberais, uma crise artificial, sob a forma de uma crise política, deve ser gerada. Mas a oligarquia neoliberal moderna, até o momento, tem evitado o uso da violência, a menos que estritamente necessária. Esta pode ser usada em nações estrangeiras para apoiar oligarquias fracas, mas não é mais tão generalizada como costumava ser no passado. A classe dominante capitalista prefere, para derrubar governos progressistas (e aqueles às vezes até mesmo nem tão progressistas) que adotam políticas “intrusivas”, empregar seu próprio Estado capitalista e suas instituições político-jurídicas, isto é, criando uma situação de instabilidade política em que leis e instituições parecem não funcionar corretamente sob a orientação do poder executivo no comando político do aparelho estatal. As instituições burguesas deixam de ser universalmente válidas (abrindo mão da necessidade de legitimidade) e são empregadas de forma arbitrária, baseadas em verdadeiros interesses de class-

8 Curiosamente, Johnson (2009) também se refere a um golpe de Estado silencioso nos EUA por uma oligarquia financeira. O adjetivo silencioso implica uma ruptura democrática não traumática.

es (mostrando sua verdadeira natureza) quando a acumulação e os lucros são, realmente, ou apenas percebidos, como seriamente ameaçados.

Características cíclicas e estruturais das crises gêmeas brasileiras

Como argumentado acima, as crises são inerentes ao capitalismo. Mas os distúrbios são apenas o resultado de diferentes movimentos socioeconômicos, culturais e políticos em jogo. As crises podem, assim, ser consideradas como o resultado de um processo complexo, e que existirá enquanto os determinantes do processo continuem. Eventualmente esses movimentos cessam ou se anulam temporariamente, criando um período de estabilidade. Dessa forma, é importante identificar os determinantes e as formas que moldam o processo e, portanto, o resultado na forma de crises. As crises econômicas podem levar a crises políticas, e vice-versa. Isto ocorre porque a acumulação contínua de capital exige apoio político na forma de leis, contratos, controle do Estado sobre os trabalhadores e suas instituições de classe, e políticas econômicas “adequadas” (que podem ser oportunistamente “técnicas” ou “intrusivas” de acordo com o contexto), ao passo que a política e a política de classes dependem da capacidade de acumulação em gerar fundos fiscais para apoiar o sistema político e todo o aparelho de Estado capitalista. No entanto, é muito difícil distinguir o ponto de partida de forma a determinar a sua sequência temporal de causalidade e influência mútua. Ou seja, é difícil separá-los depois que estão ocorrendo e em alta intensidade. Mas este trabalho separa as duas forças que levaram às crises gêmeas no Brasil, e também assume uma separação temporal entre fatores cíclicos (curto prazo) e estruturais (a médio e longo prazo, próximo e distante), sublinhando as prováveis características políticas e econômicas conjunturais por um lado e as características estruturais, por outro.

Características de curto prazo (ou cíclicas) das crises gêmeas

O capitalismo brasileiro apresentou um período incomum de relativa estabilidade política e expansão econômica de 2004 a 2011. Como Minsky argumenta, no entanto, a estabilidade gera instabilidade, e o capitalismo não pode existir sem crises. Cada período de expansão deve, por necessidade, ter um fim na forma de uma crise. E a situação favorável para o capital doméstico mudou consideravelmente desde 2012, estando o Brasil atualmente em uma situação de profundo turbilhão econômico e político. Em relação à conjun-

tura econômica, a produção global de mercadorias perdeu força, com estagnação em 2014 e queda profunda em 2015. O governo federal entrou nesse momento em um período de políticas econômicas paradoxais, combinando as políticas contracionistas neoliberais já em curso (tais como a manutenção de altas taxas de juros e superávits primários) simultaneamente com políticas anti-cíclicas adotadas para evitar uma elevação nas taxas de desemprego, principalmente por meio de subsídios e crédito barato para os capitalistas industriais (Serrano e Summa 2015).

Como consequência desta contradição, os resultados em termos de retomada da acumulação de capital foram pobres. Mais importante, os capitalistas brasileiros decidiram agir politicamente e provocaram uma greve de investimentos (Rugitsky 2015). As tendências de subconsumo ganharam força. As taxas de desemprego mantiveram-se relativamente baixas em 2014 (ajudando na reeleição de Dilma Rousseff) e 2015, mas têm aumentado recentemente, atingindo níveis acima de 10% em 2016, mesmo após o golpe, o que só havia acontecido dos anos de neoliberalismo irrestrito dos anos 1990. A desigualdade parou de cair, mas ainda não voltou aos níveis dos anos 1980 e 1990. Um aumento nos preços domésticos no final de 2015, devido entre outros à correção dos preços administrados de energia e uma forte depreciação da moeda, com especulação do capital financeiro, fez com que a taxa de inflação quebrasse o limite superior do regime de inflação pela primeira vez desde que o neoliberalismo irrestrito foi abandonado no início da década de 2000. Os déficits em conta corrente aumentaram, com um declínio acentuado das exportações (subconsumo externo), embora a depreciação tenda a reverter esta tendência em 2016. O investimento direto estrangeiro permaneceu elevado no último lustro, não diminuindo significativamente ao longo da crise. Mas uma grande parte é composto de empréstimos inter-companhias para lucrar com as estruturalmente altas taxas de juros no Brasil (Marques e Nakatani 2015). Superávits primários exigidos pela manutenção do tripé neoliberal se transformaram em déficits devido à recessão, contribuindo em primeiro lugar para evitar uma recessão ainda mais profunda (dados os estabilizadores automáticos da política fiscal). Mas uma tentativa de implementação de medidas mais profundas de austeridade fiscal, lideradas pelos ministros Joaquim Levy e Nelson Barbosa em 2015, contribuíram, junto com a greve de investimentos, para transformar a recessão ou semi-estagnação em uma recessão completa e profunda.

Os problemas fiscais têm sido apresentadas por analistas conservadores como a fonte mais importante de problemas econômicos e políticos por trás da crise, com o governo escondendo a situação orçamentária real por meio de artifícios contábeis em 2014, e logo merecedor de cassação exclusiva-

mente por esse motivo (porque afetou os resultados eleitorais). Mas poderia a contabilidade criativa, amplamente difundida também no setor privado⁹ numa economia capitalista, mas não menos aceitável por isso, causar uma grave crise, como o Brasil está enfrentando? A resposta inicial é “não”. Seria necessário um exercício quantitativo para fornecer uma resposta mais precisa, mas é pouco provável, uma vez que as transferências de curto prazo usando os bancos públicos e adiamentos de pagamento da dívida sustentou gastos adicionais na economia em um ano de fraca atividade econômica. De qualquer forma, esse aumento de gastos e transferências não cobertos por receitas não parece ser relativamente grande, por qualquer medida razoável, para reverter as expectativas capitalistas, pelo contrário (déficits tendem a aumentar os lucros, em geral). E a greve de investimentos, como mostrado abaixo, começou em 2013. É claro que, em retrospectiva, é possível argumentar que uma política específica não funcionou apenas olhando para os resultados, sem fazer qualquer esforço para estabelecer conexões mais precisas entre causas e efeitos.

De fato, como argumentado na seção anterior, em uma economia capitalista, a política macroeconômica pode ter impactos não negligenciáveis sobre a acumulação de capital, a produção de mercadorias, os conflitos distributivos pelo excedente econômico, a concorrência internacional, o crescimento do crédito e assim por diante. Mas a decisão crucial quanto ao padrão de acumulação e de produção em uma economia capitalista pertence principalmente à classe capitalista em suas estratégias de expansão da riqueza. Uma vez que a decisão fracasse, a economia se deparará com o peso de uma crise, que pode ser amenizada, mas não eliminada, pela política macroeconômica. Isto é, as políticas de estabilização podem atenuar ou agravar o movimento inicial, mas não eliminá-lo completamente. Caso contrário, o Estado teria o controle total sobre a economia *a la* Samuelson ou Lucas Jr, e este definitivamente não parece ser o caso historicamente. No plano da aparência, o que se tem é uma decisão política do governo, uma decisão política dos capitalistas e uma crise, não necessariamente nesta ordem. O que os economistas neoliberais fazem é impor sempre uma sequência de eventos sugerindo que os “erros” de política do governo, independentemente de os mesmos serem significativos ou não, e negando qualquer papel político às ações econômicas dos capitalistas, estão

9 Para mencionar um exemplo recente no Brasil, evitando assim referências ao escândalo da taxa Libor, um dos líderes dos meios de comunicação da plutocracia golpista, o jornal (sic) Folha de São Paulo, manipulou os números de uma pesquisa de seu próprio instituto de estatística, o suspeito Datafolha – que muitas vezes não consegue prever corretamente muitos resultados das eleições no Brasil, mesmo dentro da margem de erro – a fim de reforçar a situação do novo presidente apoiador e conspirador do golpe para derrubar Dilma Rousseff (Greenwald e Dau 2016).

na origem de toda e qualquer crise capitalista.

Estes analistas conservadores (ou neoliberais) são como profetas dos fatos do passado: a política econômica “intrusiva” deu errado porque houve uma crise. Ou seja, as crises resultam exclusivamente da gestão do governo. Tem sido, argumentam eles, sempre assim. A Grande Depressão foi causada por má gestão da política monetária (Friedman). A Grande Recessão foi causada por subsídios para financiar a propriedade de imóveis e pela regulamentação para forçar os bancos a fazerem empréstimos ruins para os mutuários pobres. Neste ponto de vista, se as políticas econômicas fossem sólidas (corretas, isto é, neutras e científicas), não haveria crises. Esta é a síndrome de Samuelson-Lucas: os ciclos de negócios foram eliminados, dada a condição de que os governos persigam as políticas “corretas” (sintonia fina da demanda agregada no primeiro caso, sem fazer nada no segundo)¹⁰.

Houve erros de política no Brasil? Sem dúvida. A enorme quantidade de subsídios para a burguesia brasileira (ver abaixo) é provavelmente o mais importante deles. Como a acumulação de capital não foi retomada em função da greve de investimentos, o Estado não poderia recuperar, na forma de receitas fiscais, o dinheiro doado aos capitalistas. O que houve foi um desequilíbrio fiscal maior, já grande devido ao pagamento de juros aos rentistas e a todas as classes capitalistas com fundos líquidos. Assim, a burguesia brasileira esvaziou primeiro os cofres do Tesouro público. E agora, por meio de um golpe de Estado parlamentar apoiada por todos os grupos oligárquicos da burguesia industrial, grupos de mídia – em sua cruzada perpétua de propaganda anti-trabalho -, rentistas, financistas e o agronegócio, e fanáticos religiosos conservadores, lançaram um programa neoliberal com uma reforma trabalhista para esvaziar também os bolsos da classe trabalhadora.

Os fluxos crescentes de crédito doméstico foram interrompidos em 2015. A política monetária foi apertada a partir de 2013 como parte da característica neoliberal estrutural de, em caso de dúvida, eleve ainda mais a taxa de

10 Ver nota 2 acima. Na verdade, esta é uma desculpa para a instabilidade capitalista. Economistas ortodoxos sempre têm mais desculpas do que modelos, tornando possível não repetir a mesma desculpa duas vezes (Rodrik 2005). A síndrome de Samuelson-Lucas reflete essa visão. Analistas conservadores (neoliberais) argumentam que “nós” (os economistas inteligentes e sábios) aprenderam há muito tempo como prevenir crises, mas “eles” (os políticos e burocratas, aconselhados por economistas “pouco inteligentes”) não têm seguido as regras reconhecidas certas, provavelmente entregues por um ser superior que habita o Paraíso na forma de uma tábua de leis naturais transcritas nos manuais - não é uma coincidência que N. Gregor Mankiw, o sumo sacerdote da ortodoxia, tem dez mandamentos princípios em seu livro - sobre as leis econômicas do universo absolutamente corretas e sem falhas que devem embasar a decisão (sempre técnica) de política econômica. Assim, a repetição dos mesmos erros do passado se deve exclusivamente aos governos populistas teimosos e seus economistas que não enxergam as leis definitivas e naturais do universo econômico.

juros. As taxas de juros foram elevadas em um movimento contrário ao que estava acontecendo no mundo, uma vez que a maioria dos bancos centrais tinham fixado suas taxas de juro em patamares muito baixos. No entanto, as taxas de juros são tão absurdamente altas no Brasil, que não está claro se as mudanças incrementais implementadas poderiam causar qualquer alteração substancial na despesa financiada por crédito. Parece que esta ação poderia ter um impacto do ponto de vista da distribuição de renda, com o aumento das transferências de trabalhadores e capitalistas industriais aos rentistas (e muitos capitalistas industriais no Brasil são rentistas: a greve de investimento causou uma grande disponibilidade de dinheiro para ser acumulado na forma de ativos financeiros), causando uma redução nos gastos de consumo e investimento (sub-consumo) e um aumento da riqueza financeira que permite a absorção dessas transferências de renda.

A política monetária, a este respeito, é mais uma característica estrutural do capitalismo brasileiro na era da financeirização neoliberal e tem muito pouca responsabilidade para a grande inversão que levou à crise econômica que conforma as crises gêmeas. No entanto, quando a presidente Dilma Rousseff tentou contribuir para as políticas monetárias mais suaves em 2012, reduzindo as taxas de juros cobradas pelos bancos públicos, sendo seguida brevemente pelo Banco Central em suas decisões sobre a taxa da política monetária, houve uma reação política e financeira dos rentistas, bem como histórias sobre o Armageddon e o apocalipse que se seguiria. A redução das taxas de juros levaria a uma tempestade perfeita para a acumulação de capital e de riqueza e da concentração de renda nas mãos da burguesia, e logo não poderia ser permitida. Ou seja, a Presidenta Rousseff tentou resolver o que parecia ser o nó Gordio do capitalismo financeirizado brasileiro, e supostamente o grande constrangimento estrutural para o crescimento econômico sustentado e uma melhor distribuição de renda desde a adoção do programa neoliberal irrestrito: as maiores taxas reais de juros do mundo. No entanto, o ganho financeiro fornecido por transferências fiscais e de salários e lucros foi talvez a questão mais importante a unificar a burguesia no Brasil, e é provável que tenha, junto com a pressão sobre os lucros reais, apressado a revolta oligárquica neoliberal, com uma greve de investimentos acelerando a desaceleração cíclica regular. A política de altas taxas de juros tinha de ser retomada a qualquer custo. A Presidenta voltou atrás, mas não tinha mais o apoio da oligarquia.

Além disso, ao não abandonar totalmente as políticas estruturais de austeridade fiscal em meio a uma recessão e um mercado mundial encolhendo, aprofundou as condições para uma grande e continuada crise. O estímulo fiscal foi implementado pela primeira vez em 2014, mas não por meio de au-

mento de gastos e investimentos do governo, contando apenas com medidas de alívio tributário para os capitalistas industriais. O desemprego permaneceu baixo por um longo tempo após o início da crise. Mas o investimento não seguiu a trajetória esperada, a recessão se aprofundou, e a aliança política se dilacerou, ou seja, a pausa social-democrata tinha acabado. Turbulência econômica gera turbulência política.

Claro que, com baixas taxas de desemprego, a presidente Dilma Rousseff foi reeleita em 2014, mas por uma margem estreita, não obstante a situação econômica relativamente preocupante, com o início da fase descendente do ciclo de acumulação e o impulso de uma greve de investimentos em 2013. Havia agora uma oposição aberta da burguesia industrial, do agrogonégio que abriga os oligarcas mais atrasados, e do setor financeiro “candidato” a moderno. A mídia corporativa intensificou seus contínuos ataques, reivindicando um golpe parlamentar ou militar. As manifestações massivas de rua de 2013, contra a Copa do Mundo e em favor da melhoria dos serviços públicos, abalou os pilares do sistema político corrupto (Castro et al. 2014). Depois disso, em sua maioria pessoas brancas da classe média alta, os eleitores conservadores derrotados quatro vezes consecutivas nas eleições presidenciais, financiados pelas frações oligárquicas corruptas, começaram novas manifestações de rua, pela primeira vez desde o golpe militar-empresarial de 1964, por vezes exigindo mesmo um novo golpe empresarial-militar. Juntamente com uma atividade econômica em declínio, a popularidade da presidente Dilma Rousseff caiu rapidamente. A restauração oligárquica estava pronta para entrar em cena novamente e pôr fim à instabilidade política que ela mesma alimentou em primeiro lugar. A burguesia em quase sua totalidade apoiou o golpe, como fez muitas vezes antes, incluindo o financiamento do golpe de 1964. E o velho programa econômico neoliberal fracassado não precisava mais aguardar seu retorno, programa esse que se pensa ser a resposta para os problemas econômicos estruturais que ele mesmo criou em primeiro lugar.

As eleições para a Câmara dos Representantes e do Senado foi financiada por corporações e cada vez mais influenciado por líderes religiosos fundamentalistas. Como consequência, uma coalizão de conservadores, neoliberais e neo-fascistas assumiu a maior parte do poder legislativo, criando as condições para derrotar qualquer esperança de um governo social-democrata e restaurar a hegemonia oligarca por um golpe parlamentar em 2016. A oposição dentro dos aparatos estatais tornou-se mais forte, com frações do sistema judicial e da polícia federal agindo para explodir a coligação liderada pelo partido dos trabalhadores por meio de investigações feitas sob encomenda e direcionadas, e com o uso ilegal de medidas coercivas. Houve um grande revés para o governo quando o parceiro político clientelista mais importante

abandonou a aliança que reelegeu a presidenta Rousseff. Muitas tentativas foram feitas pela oligarquia para reverter os resultados das eleições, incluindo uma recontagem dos votos, e muitos mandados aos tribunais para anular os resultados, porque as empresas de construção envolvidas em escândalos de corrupção, principalmente relacionadas com a companhia estatal de petróleo, a Petrobras, contribuíram para o fundo eleitoral do partido dos trabalhadores, não obstante o fato de que as mesmas empresas contribuíram ainda mais para a coligação derrotada de oligarcas neoliberais golpistas. Estes são os elementos políticos da oligarquia (e da classe média alta) se revoltando contra o governo, que melhorou as condições de vida dos pobres e os trabalhadores (um pecado não mortal), e tentou forçar uma redução nas taxas de juros (que merece a pena de morte).

Sem dúvidas, há também questões geopolíticas envolvidas. Como sempre acontece, o papel dos Estados Unidos no golpe não será revelado até que as condições estejam maduras para não causar um grande revés político. Muitos analistas como Mark Weisbrot (2016a, 2016b, 2016c) e Peter Koenig (2016) apontam para a existência de um golpe de Estado e também para o papel dos Estados Unidos. O Brazilianista James N. Green escreveu uma carta para o representante dos Estados Unidos na Organização dos Estados Americanos denunciando o golpe e os erros de apoiá-lo novamente, como em 1964. Não pode ser uma simples coincidência que o Brasil teve durante o período que antecedeu ao golpe a mesma embaixadora norte-americana que serviu na Embaixada de os EUA no Paraguai, quando outro golpe parlamentar teve lugar: Liliana Ayalde. Não é uma coincidência que as investigações da Petrobras, com um potencial significativo para proporcionar um grande golpe em parte do sistema político corrupto no Brasil, tornou-se um instrumento de vingança política contra o partido dos trabalhadores. A Petrobras foi alvo da empresa de espionagem NSA e será privatizada a empresas estrangeiras, muito provavelmente companhias petrolíferas dos EUA. Por outro lado, é evidente que a burguesia brasileira não tem as habilidades cognitivas para desenvolver tal conspiração contra a democracia por conta própria. Assim como o golpe corporativo-militar de 1964, o golpe parlamentar no Brasil agrada o Departamento de Estado dos EUA e sua política externa. O papel subordinado que a burguesia brasileira e seus parceiros na burocracia do Estado estão dispostos a assumir nos assuntos regionais e mundiais, algo que mudou durante o governo liderado pelo partido dos trabalhadores em troca de manter parte da riqueza produzida e extraída no mercado interno, evita qualquer política de autonomia frente às forças imperialistas.

Assim, pelo lado econômico houve uma desaceleração cíclica normal e esperada, não surpreendente depois de um período relativamente longo de

expansão (para os padrões brasileiros após a década de 1980), uma vez que uma perda de dinamismo é o que deve seguir a um boom no capitalismo. No entanto, sob pressão dos interesses financeiros para a adoção de políticas fiscais ainda mais austeras, o governo decidiu tentar ampliar os cortes nos gastos do governo federal, principalmente de investimentos e transferências para a proteção social. Ao mesmo tempo, a greve de investimentos pelos grandes capitalistas industriais contribuiu para o colapso econômico. A greve pode ser entendida como uma decisão de conjuntura para influenciar os resultados das eleições de 2014, ao longo das linhas sugeridas por Michal Kalecki em 1943 sobre os aspectos políticos do pleno emprego. Quando a greve não conseguiu atingir seus objetivos políticos, não poderia ser revertida com tanta facilidade, dados os efeitos multiplicadores e aceleradores. Além disso, em 2014 a investigação dos escândalos de corrupção afetou os investimentos da Petrobras, uma importante fonte de acumulação de capital no Brasil, juntamente com o setor da construção civil, outro importante setor capitalista com algum mínimo desenvolvimento tecnológico autóctone. Isto levou a uma redução significativa da demanda efetiva e contribuiu para provocar uma recessão profunda por meio de sub-consumo.

Portanto, o Brasil vem atravessando uma grande convergência de uma crise econômica em que o movimento cíclico esperado foi transformada em um colapso por meio de uma greve de acumulação e uma tentativa de política de austeridade ainda mais profunda pelo governo. A oligarquia brasileira estava pronta para tirar proveito e restaurar seu poder político, causando uma crise política dentro da Câmara dos Deputados, e tornando visível a parcialidade do sistema judicial, que legitimou práticas ilegais da força-tarefa da operação anti-partido dos trabalhadores lava-jato. Com a atividade econômica em declínio, a oligarquia poderia também facilmente manipular a classe média conservadora e neo-fascista através da mídia defensora do golpe, que promoveu um ataque intensivo 24 horas por dia sobre o partido dos trabalhadores, criando um impulso para o recuo da já restrita democracia. A crise econômica alimenta a instabilidade política, que volta ao circuito e aprofunda os problemas econômicos.

O golpe parlamentar de Estado de 2016 é assim o coroamento da revolta política dos oligarcas neoliberais, até então subsumidos no acordo social-democrata, mas não completamente derrotados. O golpe foi visto como uma solução para o mal-estar econômico de curto prazo, reduzindo a incerteza política associada a uma coalizão que inclui representantes dos trabalhadores e dos pobres. No entanto, o programa econômico desta fração da oligarquia é o neoliberal irrestrito, que não conseguiu restaurar o crescimento econômico na década de 1990, mas que é visto como um amálgama para todas as frações

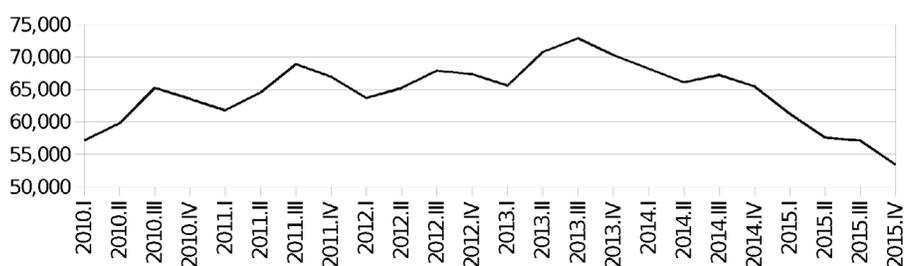
da burguesia e da classe média neo-fascista contra o partido dos trabalhadores e da esquerda em geral. Isto significa que este programa econômico não pode restaurar o crescimento econômico sustentado, ou mesmo reverter a atual recessão nos próximos anos. Mas seu objetivo é apenas concentrar renda e riqueza, com um declínio da participação dos salários na renda nacional, como era antes do intervalo social-democrata.

Determinantes econômicos na transição de médio prazo das crises gêmeas

A análise da rápida confluência de processos políticos e econômicos na direção das crises gêmeas não tem como tornar explícitos todos os componentes relevantes dessa complexa evolução dinâmica. Portanto, é importante identificar e destacar algumas das características econômicas e políticas semi-estruturais e estruturais que moldaram o desenvolvimento dos eventos acima. Ou seja, o ciclo se confunde com a evolução da tendência, e a tendência deve manifestar-se recorrentemente sob a forma de ciclos. Os tempos da política e da economia são distintos, contudo. O médio prazo, intervalo entre o curto e o longo prazo, estende o primeiro até o segundo. Porém, assume-se aqui que neste intervalo a dinâmica política de curto prazo não se altera, apenas as mudanças econômicas seguem em curso. A política de curto prazo é moldada diretamente pela estrutura política de longo prazo. Assim, é importante compreender a dinâmica econômica de médio prazo que conduzem aos resultados de curto prazo, isto é, a dinâmica econômica sob uma dada estática política, tendo em mente que a ação política se dá também na sociedade civil, principalmente nas empresas, e não apenas no aparelho de Estado.

Considerando as tendências econômicas, o gráfico 1 mostra as tendências para a acumulação de capital a médio prazo, a partir do final do período de expansão (2010-2013), para entrar em colapso em seguida (2013-2015). A greve de acumulação apresentada poderia ser interpretada como resposta da burguesia, a partir de 2013, às medidas distributivas que favoreceram o trabalho por quase uma década, e também como uma estratégia política de curto prazo para derrotar a coalizão liderada pelo partido dos trabalhadores. Essa é uma maneira pela qual o dinheiro e seu poder minam a democracia.

Gráfico 1 – Formação Bruta de Capital Fixo Trimestral (milhões de R\$, preços de 1995)

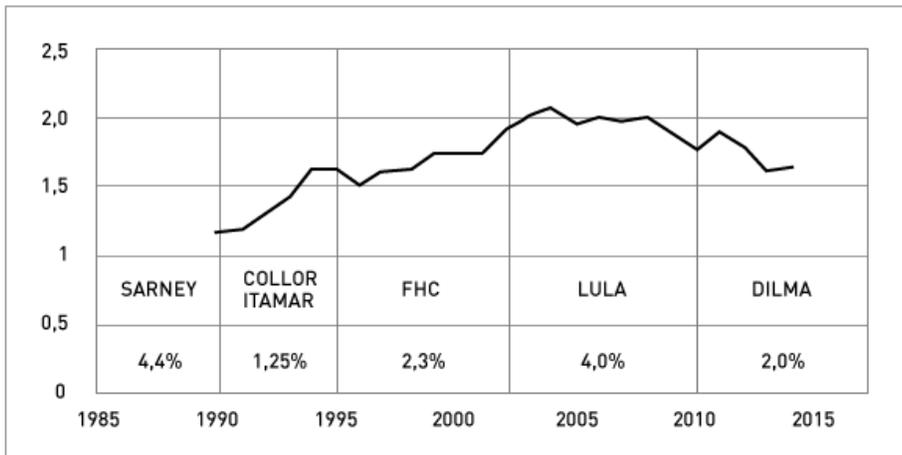


Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE.

A greve de investimentos, com efeitos depressivos de curto prazo, reflete também o conflito de classes no médio e no longo prazo. Esse conflito é retratado na figura 1, tendo sido estimado por Eleutério Prado (2014), e é central para entender a crise capitalista no Brasil, com baixas taxas de desemprego melhorando o poder de barganha dos trabalhadores e fazendo com que a taxa de exploração caísse sob as políticas implementadas pela coalização social-democrata-clientelista. O salário mínimo e os salários médios aumentaram rapidamente no médio prazo. Uma compressão dos lucros deve ter sido o resultado provável desse aumento combinado de salários acima da produtividade, reduzindo exploração do trabalho. A queda na taxa de exploração sob os presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff, embora a taxa ainda fosse maior do que aquela sob o neoliberalismo irrestrito, precedeu claramente o declínio na acumulação de capital causado pela greve capitalista de investimentos. As taxas de crescimento do PIB real, mostradas na parte inferior, segue a taxa de exploração e ilustra as tendências econômicas de médio e longo prazo do capitalismo brasileiro.

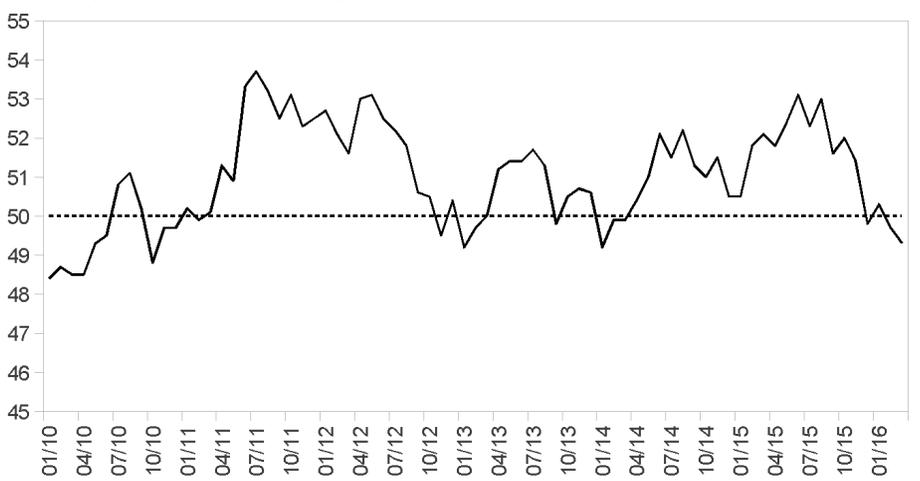
Por outro lado, os capitalistas industriais sofreram uma superprodução de mercadorias industriais. O gráfico 2 mostra que apenas por curtos períodos de tempo durante o intervalo de 2010-2015 os estoques efetivos estiveram abaixo do esperado (significando expansão rápida da realização do excedente), e não por uma ampla margem. Assim, apesar do rápido crescimento das exportações, o aumento dos salários e do crédito aos consumidores e recuperação da acumulação de capital entre 2004-2013, a produção industrial não poderia ser vendida às taxas esperadas pelos capitalistas. Uma possível explicação são os contínuos superávits orçamentários primários impostos pelo legado neoliberal no período. Quando os superávits primários se transformaram em déficits devido à crise, o nível de estoques na indústria começou a cair, e caiu abaixo do esperado ao final do período.

Gráfico 2 – Taxa de Exploração no Brasil (1990-2013)



Fonte: Prado (2014, p. 3)

Gráfico 3 – Evolução dos estoques na indústria manufatureira (Planejado vs. efetivo) (Jan. 2010-Mar. 2016)*



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando dados da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

*Números acima de 50 significam estoques de bens não-vendidos acima dos níveis esperados.

Tendências estruturais (Longo Prazo) das crises gêmeas

Após o fim do processo de substituição de importações na década de 1980, o Brasil sofreu uma grave crise da dívida externa, estagnação econômi-

ca, dificuldades fiscais, e episódios de hiperinflação. Ao mesmo tempo, a indústria já começava a perder importância, mostrando que a burguesia brasileira não poderia competir com outros capitais sem apoio do Estado. A solução encontrada pela oligarquia, contraditoriamente, foi adotar uma política neoliberal inscrita no Consenso de Washington, em três etapas. A primeira reforma estrutural foi orientada para o comércio externo, dada a dependência da burguesia de mercados relativamente isolado das importações para existir. Esta abertura implicava maior abertura ao comércio: capitais operando na economia brasileira teriam agora de competir com outros capitais produzindo mercadorias em todo o mundo, tanto os capitais de burguesias já estabelecidas no centro capitalista desenvolvido, como aqueles de burguesias em ascensão no mundo menos desenvolvido, principalmente Ásia, para não mencionar a pesada aliança entre Estado e capital na China. A segunda etapa buscou reduzir a participação do Estado (principal muleta da burguesia) na economia por meio da desregulamentação e, principalmente, da privatização de ativos estatais, apesar do aumento considerável da carga fiscal que decorreu do neoliberalismo irrestrito. A terceira reforma estrutural incluiu o plano de estabilização de 1994, que criou as condições para o aumento da acumulação financeira por meio de uma moeda nacional forte e taxas de juros exorbitantes, pagas, do ponto de vista dos fluxos estatais, por meio de impostos mais elevados sobre a classe média, os trabalhadores e os pobres. Obviamente, parte crescente da renda privada também se formou como juros. A liberalização financeira aumentou a fragilidade financeira do país, com três grandes acordos com o FMI sendo necessários para estabilizar os fluxos de capital e o preço da moeda brasileira.

No terreno político, em 1985, depois de enormes manifestações de rua pró-democracia, como a economia estava experimentando um grande desafio, os militares e a oligarquia estavam confiantes de que seu governo já não podia ser contestado a partir de uma perspectiva verdadeiramente progressiva. A mídia corporativa nunca foi tão poderosa antes. Os partidos comunistas tinham sido enfraquecidos. Os dois principais partidos oficiais eram leais à oligarquia, e o partido dos trabalhadores foi se tornando cada vez mais importante, mas ainda estava na sua infância. Portanto, as eleições presidenciais poderiam ser permitidas novamente, e uma nova Constituição, com características democráticas formais legítimas, foi aprovada em 1988. Essa nova legislação democrática representou uma ruptura importante com a Constituição promulgada sob a ditadura militar-empresarial em 1967. E, apesar do controle oligárquico do congresso, medidas progressivas foram introduzidas e aprovadas para legitimar a nova forma institucional de dominação do capital. A participação política civil foi retomada. Um estranho membro

de uma oligarquia regional, Fernando Collor de Mello, foi eleito presidente em 1989, com uma plataforma que visava caçar servidores públicos considerados ‘marajás’. Seu programa político introduziu elementos do neoliberalismo irrestrito: a abertura da economia ao comércio internacional (primeira reforma neoliberal). No entanto, ele confiscou ativos líquidos para amortecer a inflação em alta, seguindo um ultramonetarismo, e sofreu um processo de impedimento sob acusações de corrupção. Ou seja, a instabilidade política foi alimentada pela instabilidade econômica. E, no entanto, o domínio político da oligarquia e do sistema político não foram questionados, de modo que os problemas políticos foram resolvidos através da substituição do Presidente, sem maiores consequências. A instabilidade econômica tinha de ser resolvida por um grande rearranjo político de frações capitalistas. O vice-presidente Itamar Franco assumiu e abriu o caminho para uma coalizão oligárquico-neoliberal liderada por Fernando Henrique “Blesson les pauvres” Cardoso.

A transição para o neoliberalismo irrestrito, sob o domínio oligárquico, foi realizada por um rebento de um dos dois partidos políticos oficiais autorizados a existir pela ditadura. Mais uma vez, o sistema político estava trabalhando bem para as classes dominantes e cumprindo o seu papel de alcançar a dominação política e excluindo os trabalhadores e os pobres do centro de decisão governamental. As principais mudanças estruturais necessárias para implementar a plataforma neoliberal tinham de ser resolvidas com conflitos intra-capitalistas e inter-capitalistas mínimos. Embora essa tarefa tenha sido dificultada pela crise econômica em curso, as oligarquias não tinham muitas opções, dadas as transformações internacionais do capitalismo e a crescente pressão do capital internacional sobre as economias subdesenvolvidas. O acordo político foi alcançado por uma aliança oligárquica entre o principal partido que apoiou a ditadura e a extensão do partido oficial da oposição ao regime ditatorial militar-empresarial. Ou seja, o sistema político ainda era governado pelas mesmas forças que coexistiram sob a égide da ditadura. Ao excluir o trabalho organizado do acordo, o capital, principalmente financeiro, faria um banquete. A reeleição de Fernando Henrique “Amochons les pauvres” Cardoso, em 1998, confirmou a hegemonia oligárquica sob o neoliberalismo, apesar do discurso pretensamente moderno. A crise mudou o mix de políticas sob os auspícios do FMI, com a introdução das metas de inflação, taxas flutuantes de câmbio e austeridade fiscal (uma vez que os neoliberais não poderiam evitar grandes déficits nominais como consequência da sua política de taxas de juros incrivelmente elevadas).

Fernando Henrique “Ecrasons les pauvres” Cardoso tomou para si a tarefa de abolir a legislação trabalhista criada na década de 1930 pelo presidente Getúlio Vargas (ele ironicamente chamava de “Entulho Varguista”,

como uma quarta etapa). Apesar de ter sido reeleito por manter uma moeda artificialmente forte, e uma inflação moderada, mas crescente, ele tentou aprofundar o programa neoliberal avançando sobre o bolso e direitos dos trabalhadores, mas não conseguiu destruir as regras de proteção laboral, nem mesmo os sindicatos (que a ditadura tentou esmagar, mas não conseguiu destruir, criando em vez disso o berço político de Lula da Silva). E os salários mínimos reais caíram tão baixo desde o pico atingido pouco antes da ditadura militar-empresarial, da década de 1960, que já não era possível mantê-los em níveis deprimidos, mesmo numa democracia burguesa formal sob dominação oligárquica. O governo decidiu que o salário mínimo poderia começar a crescer em termos reais novamente, sem criar problemas para os capitalistas. No entanto, as taxas de desemprego foram mantidas altas o suficiente para deprimir continuamente a participação do salário na renda nacional, proporcionando uma grande transferência de renda do trabalho para o capital, sob a forma de salários (e benefícios) médios baixos, e também transferências do Estado para o capital sob a forma de pagamentos de juros.

Estas reformas pró-capital e pró-finanças representaram um grande divisor de águas para a reestruturação do capitalismo brasileiro. O Estado, em vez de fornecer bens e serviços baratos para o capital industrial (incluindo o capital aplicado no setor agrícola), estava agora dedicado a promover as transferências de juros para a finança (incluindo o capital industrial financeirizado) e mão de obra barata para o capital industrial e comercial. A oligarquia tinha agora uma fração dominante diferente, com financistas e rentistas em substituição à burguesia industrial e comercial. Por óbvio, a burguesia industrial adaptou-se a esta nova tendência da acumulação, tornando-se cada vez mais financeirizada (Bruno et al. 2011). Ficou claro que, apesar do aumento da disciplina do trabalho, por meio de taxas de desemprego mais elevadas e contenção salarial, a burguesia industrial não poderia competir com os capitais estrangeiros sem todo o arsenal de medidas de apoio do Estado. As políticas pró-finanças de manter taxas de juros exorbitantes e uma moeda forte contribuíram para deprimir os lucros industriais, compensados apenas pela restrição salarial. O câmbio apreciado representou uma oportunidade para importar máquinas, tecnologia e insumos estratégicos, promovendo a renovação de plantas industriais sucateadas pela abertura comercial. E depois de uma crise cambial em 1999, a moeda perdeu sua força, criando condições relativamente mais competitivas para o capital industrial doméstico exportar. Um acordo com o FMI reforçou as políticas pró-finanças, com as medidas de austeridade permanente a serem impostas, a fim de garantir o pagamento de juros aos rentistas em toda e qualquer hipótese.

Em relação ao crescimento econômico, a estratégia não surtiu efeito,

como se poderia esperar. Como consequência do neoliberalismo irrestrito, a acumulação de capital como proporção do PIB diminuiu, ao mesmo tempo que a acumulação financeira aumentou (Bruno et al. 2011). A renda real per capita estagnou e as taxas de desemprego mantiveram-se elevadas durante todo o período. As exportações estagnaram, e depois de a maioria dos ativos estatais serem privatizados, os fluxos estrangeiros de capital declinaram. Isso deve ter criado fissuras no interior da burguesia, com o setor exportador e o setor industrial arcando com os custos econômicos da mudança estrutural em relação à distribuição do excedente econômico. No entanto, seus interesses políticos de classe superaram qualquer outra consideração, e mantiveram o seu apoio político ao seu governo de direita. A oligarquia brasileira se reorganizou e, adaptada a esta grande mudança no desenvolvimento do capitalismo mundial, aceitar lucros menores por meio da produção e vendas e aceitando maiores rendimentos típicos do rentismo.

No entanto, o contínuo fraco desempenho econômico, com desemprego elevado, juntamente com as políticas que transferiam a renda do trabalho para o capital, levou a uma insatisfação política, mostrando que o sistema eleitoral oligárquico tinha falhas. O partido dos trabalhadores, que tinha abandonado gradualmente suas exigências anti-capitalistas mais radicais, ganhou as eleições com uma plataforma pró-trabalho e pró-pobres. Depois de vencer a eleição, Lula da Silva teve que recuar politicamente e declarar em uma carta aos brasileiros que medidas mais radicais, ou seja, uma ruptura completa com o programa neoliberal, não seria adotada. Este acordo para entregar os resultados esperados e aceitáveis pela burguesia pacificou os elementos moderados da mesma, mas selou o destino do partido dos trabalhadores no longo prazo, criando na verdade uma armadilha. Ou seja, o resultado político (vitória eleitoral de uma coligação social-democrata-clientelista) em si não era importante, apenas a garantia de que as políticas “apropriadas”, que não puderam retomar o crescimento sustentado e a acumulação de capital no período anterior, ainda seriam perseguidas. Dessa forma, o domínio oligárquico não pôde ser completamente desafiado, e ainda assim a burguesia teve de acomodar, temporariamente, um papel para os trabalhadores e os pobres nas políticas do Estado burguês brasileiro, e perder a parte do rendimento que estava sendo agora compartilhado com outras classes e frações.

De qualquer forma, esta mudança mostra a influência da economia sobre a política na experiência brasileira que conduziu ao golpe de Estado. Ou seja, depois do desempenho econômico medíocre sob o neoliberalismo irrestrito nos anos 1990 e início dos anos 2000, a sociedade brasileira, exausta e sem esperança, decidiu mudar sua liderança política dentro das regras permitidas pelas instituições burguesas. Por outro lado, manobras políticas

entre a classe dominante também foram necessárias, no período anterior, para implementar as políticas neoliberais que prejudicariam uma fração da burguesia e superariam, supostamente, as crises econômicas dos anos 1980 e início dos anos 1990. Ou seja, a influência da política sobre a economia também é flagrante. Após a mudança política em 2003, quando, pela primeira vez, um partido de esquerda de massas foi autorizado a fazer parte de uma coalizão vitoriosa sob instituições burguesas, de 2004-2011 o Brasil tornou-se um ator econômico de destaque na economia mundial, apresentando taxas de crescimento moderadas na produção de mercadorias, taxas de desemprego mais baixas, aumento do salário mínimo, inflação contida, e, nunca antes na história do país, desigualdade de renda em declínio, com uma distribuição de renda pessoal um pouco melhor e, principalmente, uma reversão na concentração funcional da renda. Isso tudo se deu apesar da manutenção das políticas macroeconômicas pouco exitosas do período neoliberal. Por exemplo, os bem sucedidos programas de transferência de renda foram os responsáveis pela eliminação da pobreza extrema para uma grande fração da população. O crédito foi expandido em ritmo nunca antes visto, principalmente pelos bancos públicos. Pela primeira vez na história do país obteve o grau de investimento pelas agências de avaliação de risco de crédito.

A mudança política afetou a economia de muitas outras maneiras diferentes. A acumulação de capital, uma questão importante para a estabilidade econômica temporária do capitalismo, recuperou-se gradualmente, e o capitalismo brasileiro parecia decolar depois de duas décadas perdidas. Apesar do grilhão para a realização do excedente representado pela política macroeconômica neoliberal – o governo sustentou superávits primários (excluindo pagamento de juros) superiores a 3% do PIB por um período relativamente longo de tempo – os salários maiores e o crédito disponível provavelmente compensaram parcialmente. As taxas de juros, embora ainda uma das mais altas do mundo, criaram uma outra fraqueza para a realização do excedente, mas estas caíram entre 2004 e 2013, e o crédito, com o apoio dos bancos públicos, cresceu a taxas substanciais. A inflação ficou acima da meta central estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional na maior parte do tempo, mas dentro dos intervalos de tolerância permitidos. As exportações em geral, e de matérias-primas, em particular, principalmente para a China, cresceram a taxas substanciais. A Cooperação Sul-Sul adotada pela nova diplomacia permitiu a diversificação de parceiros comerciais e a abertura de novos mercados para a burguesia brasileira. Os déficits em conta corrente, uma característica estrutural de uma economia subdesenvolvida devido aos serviços e rendimentos líquidos de propriedade de estrangeiros, ficaram próximos a 3% do PIB, com um curto período de superávits. O Brasil recebeu fluxos contínuos de

capital estrangeiro, acumulando quantidades consideráveis de reservas. A crise econômica global de 2008-2009 não teve um forte impacto sobre o Brasil, apesar da fragilidade financeira que caracteriza as economias capitalistas no período corrente, e a economia cresceu mais de 7,0% em termos reais em 2010.

Este período de desempenho econômico relativamente bom, por sua vez, se refletiu de volta no cenário político. O presidente Lula da Silva, como consequência da manutenção das tendências anteriores, e, claro, na primeira eleição vitoriosa em 2002 tudo parecia melhor do que o neoliberalismo irrestrito e fracassado da década de 1990, foi reeleito em 2006, e a presidenta Dilma Rousseff, pela mesma razão, foi eleita em 2010 (Castro et al. 2014). Ambos ganharam as eleições com uma plataforma social-democrata atenuada que entregou resultados melhores do que o neoliberalismo irrestrito, não apenas para a burguesia. A aliança política com o centro clientelista, liderado pelo partido dos trabalhadores, teve o apoio morno de um grande número de grupos e frações de classe, incluindo oligarcas industriais e ruralistas tradicionais. As propostas da direita neoliberal derrotada nas urnas não tiveram grande repercussão na sociedade, exceto, como sempre, na sua fração midiática-corporativa e plutocrática e em segmentos isolados da burocracia estatal. Havia queixas isoladas sobre salários e transferências de renda (para os pobres) muito elevados, mas sem outras ações políticas diretas provenientes da burguesia e da oligarquia. A corrupção, intrínseca ao sistema político e ao Estado brasileiro, de repente começou a ser lembrada insistentemente pelas elites corruptas tradicionais e considerada como uma característica permanente apenas das alianças mais progressistas. O braço conservador do sistema judicial começou uma campanha para criminalizar o partido dos trabalhadores, com acusações de corrupção sistemática e desenfreada, mas sem sucesso eleitoral. A fraqueza política temporária da oligarquia tradicional fez com que a mídia corporativa golpista se apresentasse como a oposição política real no Brasil¹¹.

Uma questão se coloca. Como estas mesmas mudanças políticas e econômicas estruturais dos anos 1980 e 1990, que permitiram à oligarquia governar e ao setor financeiro prosperar, mas ao resto da economia sofrer, permitiram o sucesso parcial dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff? A Constituição democrática mas restrita permitia um programa social-democrático mínimo, mas isso exigia uma coligação com o segmento clientelista

11 A presidente da Associação Nacional de Jornais e funcionária do jornal (sic) golpista Folha de São Paulo, Maria Judith Brito, declarou em 2010 que a mídia era a principal oposição real dos governos progressistas, uma vez que os partidos políticos de direita estavam demasiado frágeis (Albuquerque 2016).

da oligarquia, e o vice-presidente de Lula da Silva era um capitalista industrial. Lula da Silva também nomeou um banqueiro internacional para a presidência do Banco Central. Lula da Silva foi capaz de contornar as restrições impostas pela política monetária de metas de inflação, fomentando o capital industrial em um movimento social-democrata típico. Isto foi conseguido em parte por meio de políticas de crédito direcionado, com o estoque de crédito como proporção do PIB crescendo muito rápido (Teixeira e Costa Pinto 2012).

No entanto, as altas taxas de juros sustentaram uma moeda forte, criando problemas para a burguesia industrial em sua competição com outras burguesias, embora tenham mantido as receitas da financeirização elevadas. Ao mesmo tempo, a austeridade fiscal contribuiu para um nível relativamente baixo de realização de excedente, mas Lula da Silva também foi capaz de promover políticas redistributivas com transferências fiscais que reduziram a pobreza e estimularam a realização do excedente da produção para o mercado interno. Como já mencionado, o crédito também foi fundamental na obtenção de padrões de consumo e de taxas de crescimento mais elevados. As exportações foram estimuladas pelo crescimento da China e pela diplomacia da Cooperação Sul-Sul. Como os investimentos caíram substancialmente como percentual da produção nacional sob o regime neoliberal irrestrito, estes puderam ser retomados rapidamente durante a presidência de Lula da Silva, mas sem alterar a estrutura econômica atrasada. A estatal Petrobras, um pária sob a presidência de Cardoso, não sendo privatizada por falta de tempo, também impulsionou a acumulação de capital. O salário mínimo real aumentou rapidamente, e com ele os outros salários, reduzindo a concentração de renda. A participação da renda do trabalho na renda nacional aumentou e, dado um declínio da taxa de exploração, pode ter causado uma compressão de lucros que reduziu a acumulação de capital, como mostrado acima.

Historicamente, os salários mais elevados levaram a uma composição orgânica de capital mais elevada nos países capitalistas avançados (Marquetti 2004). Nos países menos desenvolvidos, por outro lado, salários mais altos levaram a autoritarismo político e talvez violência para revertê-los politicamente. Esta é uma parte importante da explicação para a recente golpe de Estado no Brasil. Salários e ordenados aumentaram rápido, com o estímulo do governo central, superando as variações de produtividade e, conseqüentemente, reduzindo a parcela dos lucros na renda. Como afirmado anteriormente, de acordo com Marx, as crises geralmente são precedidas por aumento dos salários e benefícios para os trabalhadores. No Brasil, de fato houve uma melhoria sem precedentes na remuneração dos trabalhadores antes do início das crises gêmeas. Como mostrado acima, salários mais altos, juntamente com o declínio na taxa de exploração do trabalho, causou uma compressão de lucros

e uma interrupção da acumulação de capital. Essa decisão foi tanto econômica como também política, neste caso como uma forma de reduzir a legitimidade do governo e levar a oligarquia derrotada de volta plena ao poder. Quando a greve de investimentos fracassou em derrotar o pacto social-democrata-clientelista, a recessão começou a destruir capital, a crise política foi insuflada e precipitou a necessidade de um golpe de Estado parlamentar.

Problemas estruturais mais profundos (ou de longuíssimo prazo) e as contradições da vindita Neoliberal

A retomada neoliberal irrestrita proposta pela restauração oligárquica após o golpe de 2016 não deve resolver os problemas econômicos estruturais que o neoliberalismo causou em primeiro lugar. Quanto ao comércio externo, Constantinescu et al. (2015) argumentam que o abrandamento do comércio mundial e da renda é estrutural e não cíclico. Neste caso, se verdadeiro, a retração não deve ser revertida em breve, criando problemas para a burguesia industrial exportadora. Em relação à dinâmica da renda nos países capitalistas avançados, a estagnação tem sido considerada o novo normal, e não é provável que cresça no ritmo necessário para impulsionar economias subdesenvolvidas. Os ativos estatais remanescentes no Brasil não gerarão uma grande quantidade de receitas quando privatizados, mas os fluxos de saída de renda decorrentes causarão problemas adicionais para o balanço de pagamentos e para o financiamento necessário para a acumulação interna potencial de capital. Desemprego elevado e salários mais baixos permitirão reduzir a inflação, mas altas taxas de juros continuarão a alimentar a acumulação financeira e restringir a acumulação de capital industrial e o crescimento econômico. Outra saída possível vista pela burguesia é cortar custos trabalhistas e impostos, reduzindo a capacidade do Estado de arrecadar fundos para implementar políticas pró-trabalho. Além disso, o congelamento proposto para as despesas do Estado com saúde e educação fará com que os níveis de pobreza aumentem e, a princípio representará um empecilho adicional para a realização de lucros potenciais gerados pelo esmagamento da compensação dos trabalhadores (salários e benefícios) - um contínuo subconsumo substituindo a compressão dos lucros como a principal fonte de crise. Por outro lado, o Estado brasileiro tem sido muito generoso em termos de subsídios e de crédito para baratear a produção capitalista. Na verdade, esta é uma das razões para os capitais originados no Brasil não serem completamente dizimados pela concorrência estrangeira. A austeridade fiscal, se implementada como pretendida pelo fascismo de mercado (termo cunhado por Samuelson para explicar o neoliberalismo no Chile após o golpe de Estado de 1973 – comparação adequada para os

novos-velhos tempos) da nova equipe econômica, representará uma estaca no peito da burguesia industrial.

Ou seja, a questão mais importante para a oligarquia neoliberal é como retomar a acumulação de capital industrial após o golpe. Deve ser enfatizado que, restaurar a acumulação de capital para a grande burguesia brasileira e estrangeira apropriando-se dos lucros gerados no Brasil não é apenas acumular capital produtivo por se, mas melhorar a acumulação de capital, de modo a competir com outras capitais estrangeiros em busca de lucros nos mercados mundiais. Ou seja, o capitalismo brasileiro tem que acompanhar as tendências capitalistas mais dinâmicas se quiser sobreviver sem parasitar o Estado. Isso requer um foco na inovação que está além da capacidade da burguesia brasileira. Esta é a grande e profunda restrição estrutural com que se depara a burguesia doméstica. Por exemplo, o índice de inovação Bloomberg, um índice composto constituído por sete itens (intensidade em P & D, criação de valor adicionado, produtividade, densidade em alta tecnologia, eficiência no setor de serviços, concentração de pesquisadores e atividade de registro de patentes) classifica os países mais inovadores desde 2013¹². Isto significa que a atividade inovadora para a competitividade global não é uma característica da burguesia brasileira. Sem embargo, seria ainda necessário ainda considerar o papel do governo, das universidades, principalmente públicas, e as agências federais e estaduais de fomento, em todos os principais componentes do índice. Vale a pena mencionar aqui dois programas federais de incentivo para fomentar a inovação no Brasil sob Lula da Silva (PITCE) e Dilma Rousseff (PBM). Se excluirmos o governo, direta e indiretamente, é duvidoso que a classe capitalista, incluindo as frações cada vez mais internacionalizadas,

12 Em 2012 a Bloomberg publicou o Quociente de Inovação, avaliando 20 países por 10 anos. Obviamente, o Brasil não foi classificado entre eles. O ranking global com 50 países foi calculado pela primeira vez em 2013, mas mesmo que fosse estendido para um longo período histórico os resultados dificilmente seriam distintos. O Brasil não estava entre os 50 mais bem classificados em 2013, mesmo com o número de países mais do que dobrando no índice. Em 2014, a empresa publicou os 30 melhores países. O Brasil não estava entre eles. Em 2015, o índice cobriu os 50 mais bem classificados novamente, e o Brasil ficou em 47º. Em 2016 o país saiu do ranking. As mudanças frequentes nas posições dos países no ranking sugerem que a metodologia não é necessariamente robusta. Existem outros problemas com o indicador. Para citar apenas dois, o valor agregado industrial per capita é uma medida de produtividade. Além disso, quanto maior a despesa com P & D, maior o valor agregado. No entanto, é claro que a burguesia brasileira não é capaz de, apesar de todo o apoio do governo para aumentar os seus lucros, inovar e acumular capital de acordo com o estágio atual do capitalismo global. As reformas neoliberais, antes e agora, não visam uma melhoria na capacidade de gerar nova renda, mas de concentrar a renda gerada de forma bastante atrasada. Além disso, de acordo com outra matéria da *The Economist*, "(...) uma grande razão para a má performance das empresas brasileiras [no ranking global de melhores empresas] tem sido menos enfatizado: péssimo gerenciamento." (*The Economist* 2015b)

ainda possa mudar esse quadro geral de incapacidade estrutural de acumular capital nos moldes do capitalismo avançado e ficar em os 100 primeiros.

A consequência dessa incapacidade, em relação ao capital industrial, é uma transição de longo prazo da manufatura, desenvolvida para ser o centro da acumulação de capital no Brasil ao longo de um período de tempo de mais de 50 anos, para a agricultura (Petras 2013). A fração do capital industrial de natureza manufatureira está estagnada desde a década de 1980, e o ‘solução’ permitido pelo pacto social-democrata-clientelista não foi suficiente para trazê-la de volta para o centro da acumulação capitalista. Este movimento fica claro na reprimarização da pauta de exportações, uma vez que as exportações são as primeiras a sofrer a concorrência das burguesias mais capazes em todo o mundo. A fração agrícola é incapaz de promover o avanço tecnológico por definição (ao contrário do que afirma muitos oligarcas rurais, eles podem usar tecnologia de forma intensiva, mas não produzem tecnologia de forma intensiva, como os laboratórios e as universidades do setor terciário ou o setor de máquinas e equipamentos na manufatura). Se a fração agrícola do capital industrial conseguir a hegemonia, junto com a finança, no novo bloco de poder após o mais recente golpe, e não houver inter-relações técnicas e econômicas sustentáveis entre a manufatura e o agro-negócio, aprofundando o complexo agro-industrial criado pelo Estado após o golpe de 1964, é provável que o primeiro continue o seu longo processo de decadência.

Esta incapacidade estrutural de longuíssimo prazo da burguesia industrial brasileira em liderar um processo de desenvolvimento capitalista baseado na acumulação orientada para a inovação, invenção e difusão do progresso técnico, tem sido conhecida dos estudiosos. Por exemplo, o ramo da teoria da dependência desenvolvido por Enzo Falletto e Fernando Henrique “Assommons le pauvres” Cardoso em 1960 considerou esta uma das principais características do desenvolvimento dependente e associado na América Latina. Em sua opinião, o processo de desenvolvimento capitalista poderia ser conduzido apenas pelos capitalistas internacionais, com a burguesia nativa sendo, no máximo, um parceiro menor. Outro ramo da teoria da dependência, associado com Andre Gunder Frank, produziu a melhor definição para a burguesia brasileira: lumpen-burguesia (Frank, 1972). Jorge Bernstein (2016) fornece um retrato mais recente da decadência da lumpen-burguesia na América Latina. Todas as propostas ‘intervencionistas’ para desenvolver o capitalismo no Brasil, e o mesmo é verdade para os seus homólogos neoliberais, assume uma burguesia universalmente capaz em todo e qualquer *locus* de desenvolvimento do sistema capitalista, um saco sempre cheio de dinheiro que, ao buscar uma quantidade sempre maior de dinheiro, tende a causar vazamentos do conteúdo do saco para a sociedade na forma de ganhos

de produtividade, emprego e progresso técnico, dadas as condições políticas adequadas (técnicas ou científicas). Este não tem sido o caso em países subdesenvolvidos, com algumas exceções que são tratadas ideologicamente como a regra. Esse claramente não foi e dificilmente será o caso do Brasil. O grau de subdesenvolvimento da burguesia brasileira aponta para um esforço de Sísifo por parte dos formuladores de políticas e intelectuais do desenvolvimentismo em desenvolver o capitalismo brasileiro como emulação do capitalismo avançado.

A característica estrutural marcante da lumpen-burguesia brasileira é o seu status permanente como compradora (Amin 2011). Como consequência, subsídios fiscais e creditícios podem não se traduzir em aumento da acumulação de capital e inovação no Brasil, mas é muito provável que impulse o mercado imobiliário em Miami-Dade. A lumpen-burguesia brasileira, ou pelo menos parte dela, está geralmente entre os principais compradores de imóveis em Miami. Em uma pesquisa realizada pela Miami Realtors Association (MRA 2016), o Brasil ocupou o segundo lugar na pesquisa de 2015 (com 12% de todas as vendas, contra 13% da Venezuela), depois de estar em terceiro lugar na pesquisa de 2014 (estando geralmente entre o segundo e o terceiro lugar a partir de 2011). É claro que não é apenas a lumpen-burguesia, já que o que ela pode produzir é um lumpen-desenvolvimento. Seus acólitos na burocracia do Estado são igualmente ansiosos para parecer “sofisticados” e parte do *jet set* internacional através da compra de imóveis em Miami-Dade. Um famoso ex-juiz brasileiro utilizou-se de paraíso fiscal para comprar imóvel na Flórida e evitar o pagamento de impostos que lastreiam os extremamente altos salários dos juizes no Brasil. Esta não é apenas uma questão imobiliário, contudo. De acordo com um relatório da McKinsey & Company (McKinsey 2014, 2 tradução livre):

Cerca de 80 por cento de todos os gastos do Brasil com bens de luxo ocorre no estrangeiro, enquanto os brasileiros ricos estão viajando, principalmente para destinos nos EUA e Europa. Os brasileiros gastam mais em luxo nos EUA do que os visitantes de qualquer outra nação.

Essa característica estrutural não pode ser aprofundada aqui por falta de espaço. Cattani (2013) fornece uma pesquisa detalhada sobre os ricos no Brasil, ao passo que Cuadros (2016) lida com a questão do ponto de vista jornalístico.

Em relação às características institucionais estruturais, o sistema de partidos políticos atualmente em vigor foi herdado da ditadura empresarial-militar e é totalmente anti-democrático e, portanto, anti-trabalhista e an-

ti-popular. Como argumentado antes, interesses capitalistas representados por contribuições financeiras para as campanhas políticas (compra de políticos no atacado) exigem que os resultados estejam sempre em seu favor, não importa qual coalizão ganhe as eleições. O surgimento do partido dos trabalhadores e das instituições sindicais de massa em áreas urbanas e rurais representou uma grave ameaça para a sua dominação de classe. Além disso, as oligarquias e a burguesia brasileira são, pela sua própria natureza, autoritárias, apoiando golpes de Estado sempre que o seu dinheiro não pode comprar os políticos que vão entregar os melhores resultados para seus interesses. Na verdade, alguns capitalistas mesmo torturam prisioneiros políticos durante a ditadura empresarial e militar.

Esta característica anti-democrática se combina com segmentos neo-fascistas da classe média alta que pensa fazer parte da burguesia oligárquica e da classe média baixa que pensa que é alta. Este fenômeno foi estudada por Burriss (1986). É claro, a classe média tende a ser heterogênea e complexa, e o erro de interpretação enfatizado por Orwell (1968) deve ser sempre considerado. Mas Feldman (2008) fornece um perfil dos neo-fascistas que é consistente com o comportamento observado no Brasil. Então, essa fração está muito bem representada na Câmara dos Deputados e no Senado. O espetáculo grotesco na primeira em 17 de março, com os representantes pentecostais gritando e dançando, invocando Deus e família para dar o primeiro golpe na democracia restrita do Brasil, corresponde ao comportamento do segmento neo-fascista das classes médias, principalmente o viés nacionalista (vestindo as camisas da seleção canarinho para protestar contra a ‘corrupção’ – isto é, contra os pobres). O neo-fascismo agora ressurgido permaneceu anestesiado com o fim do golpe empresarial-militar e a ascensão da esquerda organizada. Mas as poucas transformações sociais permitidas pelo pacto social democrático e clientelista acordou-o. O aumento no número de estudantes de origens populares e de trabalhadores manuais nas universidades criou um celeuma. A classe média neo-fascista considera que esta mudança tem desafiado seu lugar na sociedade, porque as universidades não são consideradas, em sua visão de mundo, instituições apropriadas para a classe operária e os trabalhadores pobres e marginalizados. O mesmo é verdade sobre os aeroportos e as viagens aéreas, com um aumento massivo no número de passageiros da classe trabalhadora que utilizaram esse meio de transporte pela primeira vez. Os trabalhadores e os pobres não devem viajar de avião, segundo os neo-fascistas. Na verdade, na sua opinião, eles não devem nem mesmo viajar, qualquer que seja o meio. Eles falam sobre meritocracia e esforço individual o tempo todo, mas não aceitam a menor concorrência. Eles têm uma sociedade baseada em castas em suas mentalidades. Suas reações violentas contra

a mudança reflete o que Gordon e Busseri (2012) verificaram como sendo uma associação entre as preferências conservadoras para o preconceito e uma menor capacidade cognitiva.

Em suma, esses elementos políticos estruturais foram combinados em uma inversão do que Christopher Lasch (1996) chamou de “A revolta das elites” sobre a sociedade dos EUA. Lasch lamentou a ascensão da tecnocracia e a falta de religião e espiritualidade das novas lideranças naquele país. No Brasil, a revolta das elites reflete pelo contrário uma falta de progresso técnico e desenvolvimento tecnológico, abrindo espaço para o fanatismo religioso. A crise estrutural de longuíssimo prazo reflete essencialmente o atraso econômico e político como vocação.

Conclusão

As crises gêmeas brasileiras representam, em primeiro lugar, crises cíclicas, política e econômica, do capitalismo brasileiro, com uma compressão dos lucros, subconsumo e uma greve de acumulação por parte dos capitalistas, com elementos de políticas neoliberais equivocadas orientadas para recuperar as expectativas de lucro e a acumulação de capital, com o objetivo de aumentar a produção de mercadorias e a manutenção dos níveis de emprego. A instabilidade econômica cíclica levou a oligarquia autoritária a empreender um grande esforço para derrubar uma democracia já bastante restrita, promovendo um golpe de Estado. Uma vez realizado, a restauração oligárquica está levando o Brasil a um reencontro com as políticas neoliberais fracassadas da década de 1990 e início dos anos 2000. Esses processos refletem o crescimento real dos salários e uma queda na exploração dos trabalhadores, causando uma compressão dos lucros industriais. A austeridade fiscal contribuiu para um subconsumo. Juntamente com as tentativas de reduzir as taxas de juros e dos ganhos do parasitismo financeirizado, que levou a uma reação política e econômica severa por parte da lumpen-burguesia brasileira. No entanto, as crises representam também crises econômicas e políticas estruturais do capitalismo subdesenvolvido brasileiro, com uma burguesia industrial incapaz de conduzir um processo de desenvolvimento capitalista com acumulação de capital baseada na inovação. Juntamente com o recorrente autoritarismo estrutural da burguesia brasileira, uma burocracia estatal atrasada, uma classe média neo-fascista, e uma mídia golpista e profundamente anti-trabalhista, as crises gêmeas são na verdade uma combinação de múltiplas tendências estruturais e ciclos conjunturais políticos e econômicos.

O problema com o capitalismo brasileiro é a sua classe dominante e a ilusão de que ela pode ser um catalisador para o desenvolvimento socioec-

onômico da nação. A lumpen-burguesia brasileira historicamente tem sido empurrada para produzir e investir somente quando um apoio significativo dos capitalistas estrangeiros e, principalmente, do Estado, ocorre. Por si só, a lumpen-burguesia brasileira não pode sobreviver à concorrência capitalista mundial. Políticas orientadas para aumentar a acumulação de capital industrial é um desperdício de recursos sociais e pode apenas em circunstâncias muito estreitas causar um período, sempre necessariamente curto, de rápido crescimento, como o ocorrido entre 2004 e 2012 sob Lula da Silva e Dilma Rousseff. E apenas sob a mais estreita das circunstâncias, como as existentes no âmbito do acordo social-democrata-clientelista, o crescimento improvável se traduzirá em melhores condições de vida para a maioria da população.

Assim, as crises gêmeas atuais são o resultado de uma lumpen-burguesia oligárquica ansiosa em manter a renda, a riqueza e poder político do país concentrados e não compartilhados. Como a renda agregada e o excedente caem durante crises cíclicas, e os pagamentos de juros não podem ser contestados de nenhuma forma no Brasil, este aumento da apropriação de um excedente em queda pela fração da burguesia manufatureira só pode ser obtida com uma queda ainda maior na renda dos trabalhadores e da assistência para os pobres, mantendo as tendências estruturais de desigualdade econômica. Dado que o mercado capitalista mundial não é capaz de fornecer um espaço adicional para a circulação e realização do excedente na atual conjuntura, o resultado é uma recessão que se aprofunda, sem condições estruturais de retomada sustentável. O quadro é agravado por uma lumpen-burguesia incapaz de investir e inovar por conta própria, que tenta manter os custos da recessão circunscritos à maioria da população mantendo os sistemas econômico e político totalmente voltados para o atendimento dos seus interesses primitivos, atacando direitos trabalhistas e sociais, impondo o corte de gastos sociais e canalizando os gastos sociais reduzidos pelas políticas neoliberais para os próprios cofres, tanto diretamente via subsídios como indiretamente por meio de sonegação.

A crise política que levou ao golpe de Estado é consequência de um comportamento estruturalmente autoritário dessa lumpen-burguesia contra os trabalhadores, os pobres e contra a democracia. Aceitar alguma democracia, mesmo que mínima, entre a classe dominante, tem sido a exceção, não só no Brasil, mas este país é um exemplo de uma lumpen-burguesia sem qualquer respeito pelo Estado de direito, a menos que as leis estejam totalmente em seu favor e não sejam universalmente válidas na prática. Não há como escapar do velho adágio: Lumpen-burguesia, lumpen-desenvolvimento, lumpen-instituições. As crises gêmeas são um reflexo desse complexo subdesenvolvimento. O presidente turco eleito, Recep Tayyip Erdogan, afirmou

recentemente, sobre a tentativa fracassada de golpe de Estado do velho estilo em seu país, que a Turquia não é um país da América Latina. O Brasil, infelizmente, e *mutatis mutandis*, como exemplo primordial de uma República de Banana de quinta categoria, não pode reivindicar o mesmo.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, A. 2016. “Voters Against Public Opinion: The Press and Democracy in Brazil and South Africa.” *International Journal of Communication* 10: 3042–3061.
- Amann, E., e Baer, W. 2012. “Brazil as an emerging economy: a new economic miracle?” *Rev. Econ. Polit.* 32(3): 412-423.
- Amin, S. 2011. *Maldevelopment: Anatomy of a Global Failure*. Cape Town: Pambazuka Press.
- Beinstein, J. 2016. “Origen y auge de las lumpenburguesías latinoamericana - Elites económicas y decadencia sistémica.” *Revista Maíz*, 6, Facultad de Periodismo y Ciencias de la Comunicación – Universidad Nacional de La Plata, Argentina.
- Bloomberg. 2015. *Bloomberg innovation index*. Acesso em 9 de abril de 2016. <http://www.bloomberg.com/news/articles/2016-01-19/these-are-the-world-s-most-innovative-economies>.
- Boddy, R., e Crotty, J. 1975. “Class Conflict and Macro-Policy: The Political Business Cycle.” *Review of Radical Political Economics* 7(1): 1–18.
- Bruno, M., Diawara, H., Araújo, E., Reis, A. C., e Rubens, M. 2011. “Finance-Led Growth Regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas.” *Rev. Econ. Polit.* 31(5): 730-750.
- Burris, V. 1986. “The Discovery of New Middle Classes.” *Theory and Society* 15: 317-49.
- Callinicos, A. 2010. *Bonfire of Illusions. The Twin Crises of the Liberal World*. London: Polity Press.
- Castro, F., Koonings, K., e Weisebron, M. 2014. *Brazil under the Workers’ Party – Continuity and Change from Lula to Dilma*. New York: Palgrave MacMillan.
- Cattani, A. D. 2013. *A Riqueza Desmistificada – Demystifying Wealth*. Porto Alegre: Marcavisual.
- Constantinescu, C., Mattoo, A., e Ruta, M. 2015. “The Global Trade Slowdown: Cyclical or Structural?” *IMF Working Paper WP/15/6*, Washington,

- DC. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2015/wp1506.pdf>
- Cuadros, A. 2016. *Brazillionaires – Chasing Dreams of Wealth, Progress, and Glory in an Unequal Power*. London: Profile Books.
- De la Fontaine, D., e Stehnen, T. (eds.). 2016. *The Political System in Brazil*. London: Springer.
- Evans-Pritchard, E. 2015. “Eurozone crosses Rubicon as Portugal’s anti-euro Left banned from power.” *The Telegraph*, 23 de outubro. <http://www.telegraph.co.uk/finance/economics/11949701/AEP-Eurozone-crosses-Rubicon-as-Portugals-anti-euro-Left-banned-from-power.html>
- Feldman, M. 2008. *A Fascist Century: Essays by Roger Griffin*. London: Routledge.
- Furtado, C. 2002. *Em Busca de um Novo Modelo*. São Paulo: Paz e Terra.
- Foster, J. B., e Holleman, H. 2010. “The Financial Power Elite.” *Monthly Review* 62 (1): 1-19.
- Gilens, M., e Page, B. I. 2014. “Testing Theories of American Politics: Elites, Interest Groups, and Average Citizens.” *Perspectives on Politics* 12(3): 564-581.
- Graham, R. 1997. “Clientelismo na cultura política brasileira.” *Toma lá dá cá, Braudel Center Papers* No. 15. Acesso em 11 de janeiro de 2016. http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/downloads/portugues/bp15_pt.pdf.
- Gramsci, A. 1971. *Selections from the Prison Notebooks*. London: Lawrence and Wishart.
- Greenwald, G., e Dau, E. 2016. “Brazil’s Largest Newspaper Commits Major Journalistic Fraud to Boost Interim President Temer.” *The Intercept*, 19 de julho. Acesso em 19 de julho de 2016. <https://theintercept.com/2016/07/19/brazils-largest-newspaper-commits-major-journalistic-fraud-to-boost-interim-president-temer/>
- Greenwald, G., Fishman, A., e Miranda, D. 2016. “Brazil Is Engulfed by Ruling Class Corruption — and a Dangerous Subversion of Democracy.” *The Intercept*, 18 de março. Acesso em 22 de abril de 2016. <https://theintercept.com/2016/03/18/brazil-is-engulfed-by-ruling-class-corruption-and-a-dangerous-subversion-of-democracy/>
- Gunder Frank, A. 1972. *Lumpenbourgeoisie, Lumpendevlopment. Dependency, Class and Politics in Latin America*. New York: Monthly Review.
- Hallak Neto, J., e Saboia, J. 2014. “Distribuição funcional da renda no Brasil: análise dos resultados recentes e estimação da conta da renda.” *Econ. Apl.* 18(3).

- Heller, H. 2011. *The Birth of Capitalism – A 21st Century Perspective*. London: PlutoPress.
- Hodson, G., e Busseri, M. A. 2012 “Lower Cognitive Ability Predicts Greater Prejudice Through Right-Wing Ideology and Low Intergroup Contact.” *Psychological Science* 23(2): 187-195.
- Houle, C. 2008 *Inequality and Democracy*. Acesso em 15 de março de 2016. http://www.rochester.edu/college/psc/cpw/new_pdf/InequalityandDemocracy.pdf
- Johnson, S. 2009. “The Quiet Coup.” *The Atlantic*, maio. <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2009/05/the-quiet-coup/307364/>
- Klein, N. 2007. *The Shock Doctrine*. New York: Metropolitan Books.
- Koenig, P. 2016. “Time for Counter-Coups in Latin America? – and Europe?” *Defend Democracy Press*, 19 de maio. Acesso em 25 de maio de 2016. <http://www.defenddemocracy.press/time-counter-coups-latin-america-europe/>
- Lasch, C. 1996. *The Revolt of the Elites and the Betrayal of Democracy*. New York: WW Norton.
- MAR (Miami Association of Realtors). 2016. *2015 Profile of International Home Buyers in Miami Association of Realtors Business Areas*. Acesso em 7 de julho de 2016. <https://www.miamire.com/docs/default-source/international-research-and-resources/miami-2015-survey---final---january-2016.pdf?sfvrsn=4>.
- Marques, R. M., e Nakatani, P. 2015. “The Strength and Fragility of the Brazilian Economy.” *Monthly Review* 67(1).
- Marquetti, A. A. 2004. “Do Rising Real Wages Increase The Rate Of Labor-Saving Technical Change? Some Econometric Evidence.” *Metroeconomica* 55(4): 432–441.
- Marx, K. 1969. *Theories of Surplus Value*. Tome II. London: Lawrence and Wishart.
- McKinsey & Company. 2014. “Capturing the hearts of Brazil’s luxury consumers.” <http://www.mckinseyonmarketingandsales.com/capturing-the-hearts-of-brazils-luxury-consumers>
- Mello, J. M. C. 1975. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense
- Orwell, G. 1968[1946] “Politics and the English Language.” In: Sonia Orwell e Ian Angus (eds.) *The Collected Essays, Journalism and Letters of George Orwell*, vol. 4, In Front of Your Nose: 1945-1950. London: Secker & Warburg.
- Ostry, J. D., Loungani, P., e Furceri, D. 2016 “Neoliberalism: Oversold?” *IMF*,

- Finance & Development*, junho: 38-41.
- Oxfam. 2016. "An Economy for the 1% - How privilege and power in the economy drive extreme inequality and how this can be stopped." *Oxfam briefing paper* 210. Acesso em 14 de março de 2016. https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp210-economy-one-percent-tax-havens-180116-en_o.pdf
- Petras, J. 2013. "Brazil: Extractive Capitalism and the Great Leap Backward." *Global Research*, 23 de julho. Acesso em 23 de outubro de 2015. <http://www.globalresearch.ca/brazil-extractive-capitalism-and-the-great-leap-backward/5343624>
- Prado, E. 2014. "O mau humor do mercado." Acesso em 26 de novembro de 2015. <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2014/04/o-mau-humor-do-mercado.pdf>.
- Reich, R. B. 2015. *Saving Capitalism: For the Many, Not the Few*. New York: Knopf.
- Rugistky, F. 2015. "Austerity Reaches Brazil." *Jacobin Online*. Acesso em 23 de outubro de 2015. <https://www.jacobinmag.com/2015/09/brazil-pt-austerity-dilma-rousseff-petrobas-real/>.
- Rodrik, D. 2009. "Trade in Illusions." *Foreign Policy*, 18 de novembro. <http://foreignpolicy.com/2009/11/18/trading-in-illusions/>
- Serrano, F., e Summa, R. 2012. "A desaceleração rudimentar da economia brasileira desde 2011." *OIKOS* 11(2): 166-202.
- Serrano, F., e Summa, R. 2015. *Aggregate Demand and the Slowdown of Brazilian Economic Growth from 2011-2014*. Center for Economic and Policy Research, agosto. Acesso em 23 de abril de 2016. <http://cepr.net/documents/publications/Brazil-2015-08.pdf>.
- Shaikh, A. 1990 *Valor, Acumulación y Crisis: Ensayos de Economía Política*. Bogotá, Colombia: Tercer Mundo Editores.
- Stephens, J. D., Rueschemeyer, D., e Stephens, H. B. 1992. *Capitalist Development and Democracy*. Chicago: University of Chicago Press.
- Streeck, W. 2014. "The Politics of Public Debt: Neoliberalism, Capitalist Development and the Restructuring of the State." *German Economic Review, Special Issue: Government Debt in Democracies: Causes, Effects, and Limits*. 15: 143-165.
- Tavares, M. C. 1974 *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Manuscrito UFRJ.
- Teixeira, R. A., e Pinto, E. C. 2012. "A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvi-

- mento econômico.” *Economia & Sociedade* 21: 909-941.
- The Economist. 2004. “Not-so-swift justice.” 25 de março. <http://www.economist.com/node/2542089>
- The Economist. 2014. “What has gone wrong with democracy?” 1 de março. <http://www.economist.com/news/essays/21596796-democracy-was-most-successful-political-idea-20th-century-why-has-it-run-trouble-and-what-can-be-do>
- The Economist. 2015a. “Weird Justice.” 10 de dezembro. <http://www.economist.com/news/americas/21679861-courts-treat-suspects-too-harshly-and-convicts-too-leniently-weird-justice>
- The Economist. 2015b. “Brazil’s business Belindia.” 28 de fevereiro. <http://www.economist.com/news/business/21645214-why-country-produces-fewer-world-class-companies-it-should-brazils-business-belindia>
- The New York Times. 2016. “Brazil’s Graft-Prone Congress: A Circus That Even Has a Clown.” 14 de maio. http://www.nytimes.com/2016/05/15/world/americas/brazils-most-entertaining-show-may-be-congress.html?_r=0
- Volscho, T. 2015. “The Revenge of the Capitalist Class: Crisis, the Legitimacy of Capitalism and the Restoration of Finance from the 1970s to Present.” *Critical Sociology*. doi:10.1177/0896920515589003
- Wagner, P. 2011. “The democratic crisis of capitalism: Reflections on political and economic modernity in Europe.” *LSE LEQS Paper* No. 4. Acesso em 14 de março de 2016. <http://www.lse.ac.uk/europeanInstitute/LEQS%20Discussion%20Paper%20Series/LEQSPaper44.pdf>.
- Weisbrot, M. 2016a. “Brazilian Coup Threatens Democracy and National Sovereignty.” *The Worldpost*. Acesso em 2 de maio de 2016. http://www.huffingtonpost.com/mark-weisbrot/brazilian-coup-threatens_b_9694928.html.
- Weisbrot, M. 2016b. “The Brazilian Coup and Washington’s “Rollback” in Latin America.” *The Worldpost*. Acesso em 2 de junho de 2016. http://www.huffingtonpost.com/mark-weisbrot/the-brazilian-coup-and-wa_b_10166686.html
- Weisbrot, M. 2016c. “Attempted coup in Brazil seeks to reverse election result.” *The Hill*. Acesso em 2 de maio de 2016. <http://thehill.com/blogs/pundits-blog/international/275051-attempted-coup-in-brazil-seeks-to-reverse-election-results>
- Woodward, B. 2005. *The Agenda – Inside the Clinton White House*. New York: Simon & Schuster.

RESUMO

Esse ensaio efetua uma interpretação crítica das origens das crises combinadas, econômica e política, vigentes no Brasil. Argumenta-se que as crises gêmeas refletem tanto elementos conjunturais como estruturais, típicos das economias capitalistas, mas com elementos específicos que refletem o status subdesenvolvido do Brasil, da sua burguesia oligárquica e sua história.

PALAVRAS-CHAVE:

Capitalismo Brasileiro; Crise Econômica; Crise Política.

*Recebido em 28 de julho de 2016.
Aprovado em 29 de julho de 2016.*